

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Juan Filipi Garces

AS INTERVENÇÕES ESTADUNIDENSES NO AFEGANISTÃO E
NO IRAQUE NA VISÃO DA VEJA E DA CARTA CAPITAL NO
PERÍODO DE 2001 E 2003.

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em História da Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção do
título de licenciado e bacharel em História.

Orientador: Márcio Roberto Voigt

Florianópolis – SC
05 de julho de 2014

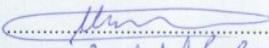


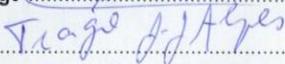
ATA DE DEFESA DE TCC

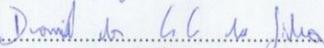
Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, na sala trezentos e catorze do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Márcio Roberto Voigt**, Orientador e Presidente, Professor **Tiago J.J. Alves**, Titular da Banca e o Professor **Daniel Corrêa da Silva**, Suplente, designados pela Portaria nº09 /TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Juan Filipi Garces**, subordinado ao título: “**As intervenções estadunidenses no Afeganistão e no Iraque na visão da Veja e da Carta Capital no período de 2001 e 2003**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Márcio Roberto Voigt** a nota final 9,0, do Professor **Tiago J.J. Alves** a nota final 9,0 e do Professor **Daniel Corrêa da Silva** a nota final 9,0, sendo aprovado com a nota final 9,0. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital, ao Departamento de História até o dia 25 de julho de 2014. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

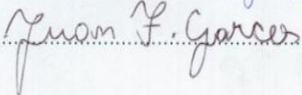
Florianópolis, 17 de julho de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. **Márcio Roberto Voigt** 

Prof. **Tiago J.J. Alves** 

Prof.a **Daniel Corrêa da Silva** 

Candidato **Juan Filipi Garces** 



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Guon Filipi Gomes, matrícula
n.º 09161024, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
As intervenções estudantis de paz no Udesc, com as devidas correções sugeridas pela
banca de defesa, no âmbito da área de História e do Trabalho Capital no período de 2001 e 2003.

Florianópolis, 12 de julho de 2014.


Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

“Fazer agradecimentos é uma tarefa inglória”, já dizia Eduardo Natalino dos Santos em seu livro “Deuses do México Indígena”. Deparando-me com este objetivo, senti o grande peso de sua frase. Posso agir de maneira injusta, esquecendo algum nome importante que contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa. Mas aqui estou eu, tentando humildemente expressar toda a minha gratidão aos meus amigos.

Gostaria de deixar claro que todos foram igualmente importantes. A ordem dos nomes não significa uma hierarquia. Entretanto, pelo menos em um caso, preciso citar duas pessoas antes de todas, pois sem elas, não seria capaz produzir essa pesquisa. Talvez eu caia no “clichê”, sinto muito aos impacientes.

Muito obrigado por bancarem a minha educação, por me fazerem ser capaz de ler um livro e apreciá-lo, aproveitando ao máximo o seu conteúdo. Obrigado aos elogios, ao depósito de confiança, ao amor incondicional que alimentou a minha alma, aos abraços nos momentos difíceis e às broncas e críticas quando necessárias. Uma coisa é certa, nem em milhões de vidas eu serei capaz de pagar todo o apoio e ajuda que vocês me concederam. Mas, ao menos, eu queria lhes deixar neste papel a certeza de que eu os amo mais que tudo, e que sou muito grato por me manterem vivos. Saulo Mauri Garces e Eronete Elisa Garces; espero que um “muito obrigado” seja capaz de mostrar-lhes o quanto vocês são importantes em minha vida.

Agradeço também ao Márcio Roberto Voigt por suas críticas e sugestões que fizeram esta pesquisa criar corpo, fazendo-me crescer como historiador. Agradeço também ao Tiago J. J. Alves e ao Daniel Corrêa da Silva por aceitarem fazer parte da minha banca.

Gostaria de agradecer também ao Gessony Pawlick Jr., Deborah Flores dos Santos, Lucas Fernandes Silochi, João Casagrande (ou Johannes, como prefere ser chamado), Bruno Benetti e José Bruno Klock – membros da *Saia da Dona Maricota*, na qual também faço parte – pelas longas conversas na madrugada que afloraram a minha imaginação e arquitetaram ideias em minha mente.

Agradeço também a todos os amigos e amigas que fiz durante a graduação e que tornaram meu cotidiano mais prazeroso: Stephanie Sander (minha eterna parceira de trabalhos e Estágio Obrigatório), Icles Rodrigues, Rodrigo Prates de Andrade, Cristina Souza, Priscila de Andrade, Cristiane Gonçalves, Manoela Bernardi, Camila Goetzinger, Ana Carolina Schweitzer, Gustavo Henrique de Siqueira, Ederbal

Bezerra, Mariana Goulart, João Luiz Borghezan, Gabriela Grimm, Michelly Vieira, Pedro Pereira, Allan Dannenhauer, Angelo Aguiar, Guilherme Silva e tantos outros.

Por ultimo, gostaria de agradecer a pessoa que tornou a minha caminhada mais serena, que com seus abraços aliviou o peso da cobrança e suavizou todos os meus momentos tristes com um simples sorriso. Elisete Dessbesel, nesses um ano e dois meses você se tornou a minha confidente, companheira e amiga. Obrigado por seguir essa estrada junto comigo. Amo você incondicionalmente.

São José, julho de 2014.

RESUMO

Nosso trabalho propõe uma análise das intervenções estadunidenses no Afeganistão e no Iraque nas visões das revistas *Veja* e da *Carta Capital*. Primeiramente, faremos uma breve contextualização do Oriente Médio e da formação do mundo muçulmano, além de uma discussão bibliográfica sobre especialistas da área. Em seguida, procuramos discutir sobre a revista como objeto de análise historiográfica, seu surgimento no Brasil e por fim uma avaliação sobre os posicionamentos das duas revistas nas intervenções do Afeganistão e Iraque. As principais conclusões foram que a *Veja*, de maneira geral, contribuiu para a difusão de uma versão que legitimou as ações estadunidenses por meio de expressões e eufemismos, colaborando para a propagação de estereótipos que julgamos insuficientes e inadequados para explicar o cenário do Oriente Médio. A revista justifica as intervenções com percepções que consideram a região atrasada e conturbada. Em oposição, a *Carta Capital*, mostrou-se bastante distinta, questionando as ações estadunidenses na região e apresentando argumentos que ligam a ação da superpotência com interesses políticos e econômicos na região.

Palavras chaves: *Veja*. *Carta Capital*. Afeganistão. Iraque.

ABSTRACT

Our work proposes an analysis of U.S. interventions in Afghanistan and Iraq in the visions of magazines *Veja* and *Carta Capital*. First, we will briefly contextualize the Middle East and the formation of the Muslim world, including a discussion of literature specialists. Then seek to discuss about the magazine as an object of historiographical analysis, its emergence in Brazil and finally an evaluation of the placements of the two magazines in interventions in Afghanistan and Iraq. The main conclusions were that *Veja*, in general, contributed to the dissemination of a version that legitimized U.S. shares through expressions and euphemisms, contributing to the spread of stereotypes that deem insufficient and inadequate to explain the scenery in the Middle East. The magazine justifies interventions that consider the perceptions delayed and troubled region. In contrast, the *Carta Capital*, it has proved quite distinctive, challenging the U.S. actions in the region and presenting arguments that link the action of superpower political and economic interests in the region.

Keywords: *Veja*. *Carta Capital*. Afghanistan. Iraq.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. BREVE HISTÓRIA DO MUNDO ÁRABE	19
1.1. DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA	19
1.2 A REVOLUÇÃO IRANIANA E A SUA INFLUÊNCIA NO AFEGANISTÃO	28
1.3 A PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO	32
1.4. AS INTERVENÇÕES APÓS O ATENTADO DE 11 DE SETEMBRO	35
2. AS REVISTAS COMO OBJETO DE ANÁLISE	41
2.1. O SURGIMENTO DAS REVISTAS NO BRASIL	41
2.2. REVISTAS COMO FONTES HISTÓRICAS	43
2.3. A REVISTA VEJA E A DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA	47
2.4. PROBLEMÁTICAS ACERCA DA CARTA CAPITAL	50
3. VEJA E CARTA CAPITAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS INTERVENÇÕES ESTADUNIDENSE NO AFEGANISTÃO E NO IRAQUE	53
3.1. PROBLEMÁTICAS SOBRE A HISTÓRIA DO PRESENTE	53
3.2.VEJA E A LEGITIMAÇÃO DAS INTERVENÇÕES ESTADUNIDENSES	55
3.2.1. Do ataque à ocupação: setembro de 2001 à dezembro de 2001	55
3.2.2. Legitimação da Guerra do Iraque: janeiro de 2003 a abril de 2003	59
3.3. CARTA CAPITAL: UM POSICIONAMENTO CRÍTICO	64
3.3.1. Carta Capital e as novas alternativas diante do atentado: setembro de 2001 à novembro de 2001.	64
3.2.2 A Guerra do Iraque e uma nova proposta contra a lógica da invasão: Janeiro de 2003 a abril de 2003.	67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

É muito recorrente a associação entre islamismo e terrorismo, pois a visão do Oriente Médio como uma região conflituosa que nutre ódio pela cultura ocidental é amplamente difundida no senso comum e em uma parcela dos formadores de opinião, na mídia ou fora dela. Em muitos casos, isso acontece pela falta de conhecimento acerca das origens e aspectos do “terrorismo”.

A discussão ganhou força após os atentados de Onze de Setembro de 2001, pois os Estados Unidos começaram uma veiculação em massa com o intuito de combater grupos terroristas no mundo inteiro, em especial no Oriente Médio, e o “fundamentalismo” islâmico. A globalização da “Guerra contra o terror” acabou funcionando e comovendo boa parte do mundo, em muitos casos facilitando a aceitação das intervenções do Afeganistão e, posteriormente, no Iraque. Isso acabou sendo utilizado como justificativa para legitimá-las.

Segundo Eric Hobsbawm, o Onze de Setembro, por mais chocante que tenha sido para o mundo, não afetou diretamente o poder internacional dos Estados Unidos e suas estruturas internas.¹ O combate ao “fundamentalismo”, que é tão propagado, tornou-se uma maneira de mascarar interesses por parte dos Estados Unidos nessa região.

Para Noam Chomsky, os Estados Unidos não estão interessados exclusivamente em combater o fundamentalismo. Chomsky afirma que o país não tem verdadeiros problemas com o fundamentalismo em si já que o país tem como aliado a Arábia Saudita, um país onde o islã adquire tons fundamentalistas.²

A afirmação de que a Arábia Saudita é um país fundamentalista é questionável, mas a declaração de Chomsky levanta uma discussão interessante, pois a grande mídia contribuiu para a propagação do estereótipo de que o fundamentalismo do Oriente Médio é um dos principais fatores para os problemas sociais, políticos e econômicos na região. Percebe-se nos meios midiáticos que são mais acessados pela população uma convergência com a política estadunidense acerca desse tema.

No Brasil, percebeu-se um número considerável de notícias apoiando as intervenções estadunidenses, sem ao menos levantar questionamentos sobre o assunto. É perceptível ao analisar a revista

¹HOBBSAWM, Eric. O terror. In: *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 121-137

²CHOMSKY, Noam. Nunca, desde a Guerra de 1812. In: 11 de Setembro. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011. p. 24

Veja, a mesma visão maniqueísta de “vilão” e “aliado”, “vítimas” e “culpados” presente nas notícias, além de ofuscar questões e destacar outras, como por exemplo, ocultar o papel econômico do petróleo e enfatizar os atentados e a “guerra contra o terror”.³ Esses pontos serão tratados com mais precisão no decorrer do trabalho.

Essas denominações não são passivas por parte da revista. Assim como toda fonte midiática, é de suma importância inseri-la dentro do seu respectivo contexto, e não utilizá-la apenas para comprovar um fato. Tânia Regina de Luca deixou claro que a imprensa em geral deve ser encarada como um objeto de investigação, e não somente como fonte de confirmação de análise apoiadas em outros tipos de comunicação, entendendo que ela é um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social, e não um mero veículo de informação⁴.

Por mais que a revista em questão se declare imparcial, tal característica não faz parte de nenhum meio midiático. Para Felipe Reis Melo, todas as notícias passam por filtros antes de serem veiculadas, que são feitas pela linha editorial do grupo do proprietário, a influência de empresas anunciantes, as fontes de informação e a ideologia dominante que impregna os profissionais na área da comunicação.⁵

Cada ponto será analisado separadamente e dialogado com outros autores no decorrer da pesquisa, demonstrando que a imparcialidade das notícias na mídia é inexistente. Juntamente com isso, procura-se demonstrar como a questão se encaixa de acordo com a problemática levantada na pesquisa: as intervenções estadunidenses no Afeganistão e no Iraque nas perspectivas da Veja e da Carta Capital.

A escolha das fontes foi proposital, pois são revistas que, ao menos, se apresentam com pensamentos e ideologias antagônicas e com posições diferentes acerca dessas intervenções e sobre a questão do Oriente Médio em geral. A análise foca na posição dessas duas revistas sobre o assunto após o atentado e como foi a recepção destas sobre os episódios que as envolveram.

No primeiro capítulo, será realizada uma breve contextualização da história árabe e um diálogo sobre os autores acerca do Oriente Médio e a relação desta região com o Ocidente. Pesquisadores como Peter Demant,

³SILVA, Carla Luciana. *Veja e a cobertura do 11 de setembro*: A legitimação da guerra imperialista. Projeto História, jan/jun, v. 30, 2005. p. 301-326.

⁴LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bazanezi. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 118.

⁵MELO, Felipe Reis. *Mídia como instrumento de controle social*. UNIREVISTA (UNISINOS. Online), v. 1, p. 1-9, 2006.

Bernard Lewis e Edward Said serão importantes para o estudo dessa questão.

Também serão abordados os principais processos históricos que norteiam essas duas intervenções (revolução iraniana, a intervenção soviética no Afeganistão e a primeira Guerra do Golfo e as intervenções após o 11 de setembro), fazendo uma breve análise do contexto desses países e suas relações com as potências ocidentais. Paulo Fagundes Vizentini, Danny Zahreddine, Jorge Mascarenhas Lasmar e Rodrigo Teixeira foram fundamentais para analisar essa proposta.

No segundo capítulo será trabalhada a revista como objeto de análise historiográfica. Para isso, é importante observar a mídia como objeto de controle social. Felipe Reis Melo realizou uma discussão sobre “neutralidade” da mídia, os agentes externos que influenciam na publicação, além de esquematizar exemplos de alguns eufemismos na mídia brasileira para adular as intervenções dos Estados Unidos no Oriente Médio.

No entanto, antes de problematizar a metodologia utilizada para a análise dessa fonte, torna-se necessário uma explicação resumida sobre o seu surgimento no Brasil e qual a repercussão que obteve. Importante ressaltar que essa parte estará resumida, contendo apenas as informações importantes para entender a pesquisa. Contar todos os detalhes do surgimento das revistas no Brasil tornaria o trabalho muito extenso e pouco proveitoso atender nossa problemática.

Esclarecidos esses pontos, será realizada uma discussão bibliográfica sobre uma das fontes (Veja) e as problemáticas levantadas pelos autores. Carla Luciana é uma das principais pesquisadoras que trabalha com a Revista Veja. Mesmo que o foco do segundo capítulo ainda não seja a análise direta das fontes, é importante utilizá-la nesse momento, pois suas citações dialogaram com nomes importantes quando se trata de mídia: Noam Chomsky, Arbx Jr. e Edward S. Herman.

O mesmo será feito com a Carta Capital, no entanto, não foi encontrado nenhum trabalho acadêmico de análise, por isso preferiu-se realizar uma descrição da origem da referida revista e também uma discussão sobre o posicionamento ideológico dela.

Os dois capítulos terão discussões teóricas que complementaram o último capítulo, o foco principal da pesquisa: A posição da Veja e da Carta Capital nas intervenções estadunidenses no Afeganistão e no Iraque. O período de análise ficou nas edições de setembro a dezembro de 2001 e janeiro a abril de 2003, pois foram os períodos que mostraram com mais convicção o posicionamento de ambas diante das intervenções.

No entanto, primeiramente será problematizado o conceito de História do tempo presente, preocupando-se em relacionar essa metodologia com as fontes jornalísticas, por ser o foco do trabalho. A história do presente foi criticada por muitos historiadores por não ser considerada uma metodologia viável de análise. Por isso, um esclarecimento sobre a mesma foi fundamental antes de problematizar as fontes.

Importante ressaltar também a acessibilidade das fontes. A *Veja* disponibiliza um acervo digital com todas suas edições. Para a pesquisa, foi possível analisar todas as revistas do período escolhido para análise. Com a *Carta Capital*, buscamos nos acervos da Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis, as edições disponíveis. Ela não estava completa, mas foi possível responder a problemática com as revistas que lá estavam.

A posição dos Estados Unidos sobre o “combate contra o terrorismo” influenciou e muito os meios midiáticos brasileiros, tendo em vista que, embora de uma maneira não explícita, a mídia brasileira contribuiu para um posicionamento pró-estadunidense. Em consequência, quando ouvimos relatos e observamos estudos acerca do tema, o maior acesso para a maioria da população é de uma história conservadora e sem problematização do assunto. A proposta aqui é analisar as bases desses conflitos, mas com uma perspectiva crítica, desconstruindo estereótipos e deixando claro que muitos outros fatores também contribuíram para a conjuntura que presenciamos até então acerca dessas intervenções.

1. BREVE HISTÓRIA DO MUNDO ÁRABE

1.1. DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Os atuais países do mundo muçulmano foram conhecidos por serem civilizações originais e avançadas. A literatura relatando sobre suas vastas riquezas são imensas, e descritas, em muitos casos, de forma apaixonante. Hoje a região é conhecida por seus conflitos e instabilidades.

Inicialmente, as tribos árabes do deserto viviam um estilo de vida beduíno, ou seja, nômade. A sociedade era baseada em um sistema hereditário e, por serem muito pobres, as lutas internas por recursos eram frequentes. A cultura oral era uma característica forte, e sua religião era fundamentada no politeísmo animista: adoravam elementos da natureza como pedras, animais, árvores, entre outros⁶.

O Islamismo surgiu apenas no século VII, após Mohammed, segundo o Corão, presenciar a revelação do anjo Gabriel. O processo de conversão não foi completamente pacífico. Embora tenha ocorrido de maneira lenta, deixou a elite comercial de Meca insatisfeita, pois a cidade era o principal centro comercial e religioso da Arábia, e ambos tinham o interesse de manter o estado atual. Mohammed e os convertidos insistiam em destruir as imagens dos deuses politeístas, prejudicando o comércio. Em dez anos, Mohammed unificou a península, iniciando assim uma expansão pelo Norte da África até a Ásia Central.

A partir de então, a religião muçulmana começou um processo de expansão. Peter Demant define a história do mundo muçulmano em quatro estágios: a fase clássica, a idade média muçulmana, “império da pólvora muçulmana, e o período em que o islamismo caiu sob influência dos europeus⁷.

A primeira parte corresponde aos séculos VII a IX, com a expansão do islã para a África do Norte e para o Oriente Médio, transformando-os em uma civilização original e avançada. Nos Séculos IX-XIV, a religião islâmica continuou sua expansão na Ásia Central e Índia. No século XV ao XVIII, formou-se o império turco-otomano.

O ultimo período é carregado de um constante debate entre os pesquisadores do âmbito muçulmano, pois foi com base nesse período que se desenvolvem as teorias acerca da decadência dos países

⁶DEMANT, Peter. O Islã no Tempo. In: *O mundo muçulmano*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 25

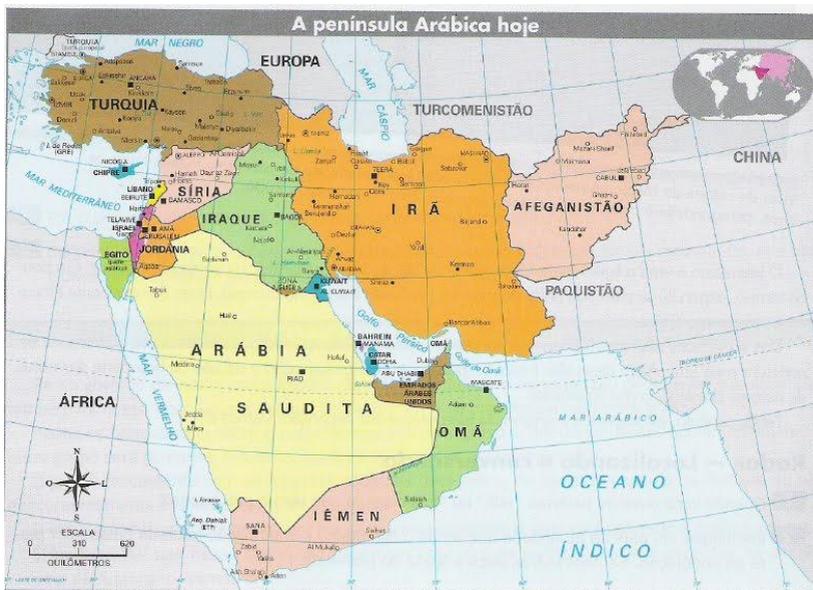
⁷Ibidem, p. 37

muçulmanos. Afinal, eles são os únicos culpados pelo declínio? Que papel as potências europeias e os Estados Unidos tiveram nesse processo?

Para entender essa questão, é importante entender como a região está dividida atualmente.

As nações que abrangem o foco principal da cultura muçulmana estão no Oriente Médio (Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein e Kuwait, Egito, Israel/Palestina, Jordânia, Líbano e Iraque), no Norte da África (Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos, Sudão, Eritreia, Djibuti e Somália) e a Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Afeganistão e Paquistão)⁸.

Figura 1 – Mapa do Oriente Médio.



Fonte: Mapa Oriente Médio: Disponível em < <http://www.etheryt.com.br/galeria-de-fotos/cenarios-livro-3/mapa-oriente-medio-2/> >. Acesso em 27 de junho de 2014.

⁸VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Formação dos Estados do Oriente Médio. In: *O Oriente médio e Afeganistão: Século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 18

Muitos desses países se tornaram, no século XX, cenário de guerras violentas, principalmente com o desmembramento do império turco no final da Primeira Guerra Mundial, que despertou o interesse dos europeus pela região, principalmente da Inglaterra, devido ao interesse de garantir as rotas terrestres e marítimas, para chegar às suas colônias na Ásia.

Dentre os territórios que correspondem ao mundo muçulmano, o Oriente Médio tornou-se de maior relevância estratégica para as potências europeias no período, pois era uma região composta por estreitos, golfos e canais, permitindo o fluxo de pessoas, facilitando o comércio e a abertura de áreas sensíveis à política internacional.⁹

A presença desses países na região introduziu a modernização no território, contribuindo para desenvolver a ideia de nação, liberdade e direito à autodeterminação. Esses ideais favoreceram o surgimento de um nacionalismo e a posterior independência de muitos países muçulmanos. Como resposta, a Inglaterra, em 1915, buscou aliança com os elementos mais conservadores da sociedade árabe, pois assim poderia conter esse sentimento nacionalista, ocasionando um forte período de colonização desses países.

Por serem palco da Revolução Industrial, muitos países europeus colonizavam essas regiões com a justificativa de “levar a modernidade”. Para eles, o Oriente Médio era uma região atrasada, e esse “atraso”, segundo alguns pesquisadores, foi a principal base para a queda do mundo muçulmano.

A partir desse ponto começa uma problemática. O “atraso” dos muçulmanos diante de uma Europa industrializada e moderna facilitou a dominação da região pelos ocidentais, no entanto, muitos não problematizam o motivo dessas invasões, além considerá-las aceitáveis simplesmente pela justificativa de uma região estar modernizada e outras não.

De acordo com Demant, não há dúvidas de que as crescentes reivindicações – religiosas, étnicas e nacionais – estavam entre os principais elementos responsáveis pelo sepultamento do último império muçulmano.¹⁰

Ainda segundo o autor, na era do surgimento dos nacionalismos,

as minorias aceitaram cada vez menos sua posição desigual, e começaram a traduzir sua

⁹ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. A Geografia do Oriente Médio. In: O Oriente Médio. Curitiba: Juruá, 2011. p. 29

¹⁰DEMANT, Peter... Op. Cit. p. 61

identidade religiosa em termos nacionalistas. As Igrejas-nação se tornaram incubadoras de sentimentos nacionalistas, e acolheram os novos movimentos que buscavam mais privilégios, mais autonomia e até a independência para seus conacionais na secessão do império¹¹.

Em sua argumentação, Demant disserta sobre a cultura muçulmana e a dificuldade desta se adequar a outras, causando uma grande instabilidade na região. Cometeu o equívoco de colocar os países do Oriente Médio como os principais culpados pela atual situação que se encontram, argumento que também é defendido por Bernard Lewis.

Bernard Lewis é professor de Estudos Orientais na Universidade de Princeton, vinculado desde 1974. De nacionalidade britânica, lecionou História do Oriente Médio na Escola de Estudos Orientais e Africanos na Universidade de Londres, de 1949 a 1974. É considerado por muitos pesquisadores como um dos principais estudiosos sobre o Oriente Médio e o mundo árabe.

Em seu livro “O que deu errado no Oriente Médio”¹², justificou que uma parcela do mundo muçulmano – o Oriente Médio – era uma região rica e militarmente superior ao Ocidente durante a Idade Média e parte da Idade Moderna. No entanto, por se prenderem demais aos dogmas religiosos, fechando-se para outras influências culturais, não aceitando qualquer diálogo com o “diferente”, entraram em decadência e não conseguiram acompanhar o avanço tecnológico dos Europeus.

Para o autor, o mundo muçulmano durante a Idade Média se mostrou bastante moderno e militarmente forte, conquistando vários territórios. No entanto, a Europa foi se desenvolvendo e alcançando a modernidade, enquanto os muçulmanos estagnaram por não aceitarem a cultura ocidental, por considerá-la bárbara e infiel de acordo com os preceitos muçulmanos.

Importante ressaltar que esse livro foi publicado em 2002, logo após os atentados de 11 de setembro, e na própria sinopse deixou claro o discurso que a obra tentou alcançar: produzir os acontecimentos e as ideias que precederam o atentado e em certa medida o produziram.

O livro torna-se tendencioso, deixando claro que o autor aproveitou-se do atentado para justificar as intervenções estadunidenses na região, além de colocar muitas vezes o país como defensor da democracia,

¹¹Ibidem.

¹²LEWIS, Bernard. *O que deu errado no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

levando a modernidade aos povos atrasados. Para o autor, se os povos do Oriente Médio

continuarem em seu presente caminho, os homens bombas podem se tornar uma metáfora para toda a região, e não haverá saída de uma espiral descendente de ódio e rancor, fúria e autocomiseração, culminando mais cedo ou mais tarde em mais uma dominação estrangeira; talvez por uma nova Europa de volta aos velhos métodos, talvez por uma Rússia ressurgente, talvez por alguma nova superpotência em expansão do Oriente. Se esses povos forem capazes de abandonar seu ressentimento e seu papel de vítimas, de resolver suas diferenças e unir seus talentos, energias e recursos num esforço criativo comum, poderão então tornar o Oriente Médio, na modernidade, tal como a Antigüidade e na Idade Média, um grande centro de civilização¹³.

Esse trecho levanta uma série de questões. Quando o autor mencionou “dominação estrangeira”, em nenhum momento cita os Estados Unidos. O caráter de país dominador ficou com a Europa, Rússia e até com alguma potência emergente no próprio Oriente. Enquanto para os outros é dominação, para os Estados Unidos é intervenção¹⁴.

Segundo ponto é colocar os muçulmanos do Oriente Médio como os principais responsáveis por sua própria situação. Esse discurso parece desconsiderar as intervenções sofridas por todas as potências ocidentais ao longo da História. A verdadeira questão não é fazer um jogo maniqueísta, onde alguns são culpados e outros vítimas, mas considerar as consequências desses atos. Por mais catastrófico que seja, o atentado foi em grande parte uma consequência das invasões ocidentais na região ao longo da História, como aponta Chomsky:

“Os atentados não são uma consequência direta da política americana. Mas,

¹³LEWIS, Bernard. Conclusão. In: *O que deu errado no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 184

¹⁴Para saber mais sobre o assunto: PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

indiretamente, são: não há a mínima controvérsia a esse respeito. Parece haver pouca dúvida quanto ao fato de os responsáveis virem de uma rede de terrorismo que tem suas raízes nos exércitos mercenários que foram organizados, treinados e armados pela CIA, Egito, Paquistão, pela inteligência francesa, pelos fundos provenientes da Arábia Saudita e similares. A história desse episódio permanece de alguma forma obscura¹⁵.

Bernard Lewis também apontou a religião como uma das principais diferenças entre Oriente e Ocidente. Os cristãos, para o autor, são considerados menos intolerantes que os muçulmanos. Essa justificativa colocou margem à intervenção, colocando o discurso de que os Estados Unidos combatem o fundamentalismo islâmico. Lewis trata esses movimentos como radicais:

Toda uma série de movimentos islâmicos radicais e militantes, designados de maneira frouxa e imprecisa como ‘fundamentalistas’, partilha o objetivo de anular as reformas secularizadoras do último século, abolindo os códigos legais importantes e os costumes sociais que vieram com eles, e retornando à Lei Sagrada do islã numa ordem política islâmica. Em três países, Irã, Afeganistão e Sudão, essas forças ganharam o poder¹⁶.

O termo fundamentalismo é pouco problematizado nesse trecho, além de colocá-lo como sinônimo do mundo muçulmano. É equivocadamente culpar a religião islâmica pelo seu fundamentalismo, pois ele está presente em muitas religiões. Existe o fanatismo religioso no islã, assim como no cristianismo e no judaísmo, por exemplo. Existem grupos fundamentalistas, assim como alguns países que incorporaram o fundamentalismo em sua política, mas é um erro generalizar¹⁷.

¹⁵CHOMSKY, Noam. *Civilização oriental vs civilização ocidental*. In: 11 de Setembro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 94

¹⁶LEWIS, Bernard. *Secularismo e sociedade civil*. In: *O que deu errado no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 124.

¹⁷VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O fim da Guerra Fria: A Guerra do Golfo e a Ásia Central*. In: *O Oriente médio e Afeganistão: Século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 85 e DEMANT, Peter. *Islã, (pós) modernidade e globalização*. In: *O mundo muçulmano*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Percebe-se que o Afeganistão foi citado como um dos países fundamentalistas, pois mostra a importância de combater os responsáveis pelo atentado. No trecho foram citados os três países inimigos dos Estados Unidos: o Irã, por ser um dos principais a fazer oposição a Israel; o Afeganistão, divergências que vem desde a Guerra Fria e se fortalecem graças ao atentado.

Citar logo esses três países como fundamentalistas, embora não esteja errado, legitimou uma ação estadunidense na região, podendo passar despercebidas para um leitor desavisado questões importantes sobre a ação dos Estados Unidos na região.

Observa-se em Lewis o discurso de um Oriente Médio que deu errado por ser uma região atrasada e por não conseguir acompanhar a cultura Ocidental, além de serem considerados intolerantes. Essa análise torna-se pobre, pois ao colocar isso como o principal fator – e talvez o único – para o declínio do Oriente Médio, desconsiderou o imperialismo europeu que afetou a região, os interesses e as intervenções estadunidenses e o preconceito que boa parte dos estudiosos que analisaram o Oriente Médio carregou sobre a região.

Edward Said, considerado um dos mais importantes críticos literários do século XX, lecionou na Universidade de Columbia e nomeou esse imaginário ocidental sobre o Oriente de *Orientalismo*. Segundo sua teoria, o Ocidente construiu a visão que temos do mundo Islâmico, pois os estudos eram realizados por pesquisadores europeus (chamados de orientalistas) e transportavam a sua vivência, costumes e valores na sua análise sobre a região. Para Said, o Oriente era praticamente uma visão europeia e fora desde a Antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e passagens encantadas, experiências extraordinárias¹⁸.

É importante ressaltar que Said e Lewis eram intelectuais que sempre apresentavam ideais distintos sobre o mundo muçulmano, seja em debate ou em livros. De acordo com Said, as principais

influências sobre o pentágono e o Conselho de Segurança Nacional de George W. Bush foram homens como Bernard Lewis e Fouad Ajami, especialistas em mundo árabe e islâmico que ajudaram as águias americanas a pensar fenômenos esdrúxulos como a mente árabe e o declínio islâmico ocorrido há muitos

¹⁸SAID, Edward W. Introdução. In: *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 27.

séculos como algo que apenas o poderio americano poderia reverter.¹⁹

Nota-se que Said criticou as intervenções realizadas pelos Estados Unidos na região, e mais ainda, a ajuda recebida por muitos intelectuais para fortalecer os seus jogos de interesses. Para os conservadores, o mundo muçulmano é uma região problemática, que deu errado e possui um antiocidentalismo e antiamericanismo latente. Sendo assim, somente o governo estadunidense poderia resolver esse problema.

Para Said,

o anti-americanismo não se baseia no ódio pela modernidade ou inveja da tecnologia: baseia-se numa história de intervenções concretas, depredações específicas e nos casos de sofrimento do povo iraquiano sob as sanções impostas pelos Estados Unidos e de apoio norte-americano aos trinta e quatro anos de ocupação israelense no território palestino²⁰.

Said é um grande crítico da influencia estadunidense no Oriente Médio. Seus escritos se concentram mais na questão Israel e Palestina e na influência dos Estados Unidos na política israelense. É um ativista da causa palestina que defende a criação de um Estado independente e a paz entre ambos.

Por meio disso, autores mais conservadores, muitas vezes, tiveram dificuldade em aceitar as teorias de Said, mostrando certa intolerância. João Pereira Coutinho, em um artigo escrito pela Folha de São Paulo, comenta que, aos 95 anos,

Lewis não perde tempo com latidos menores e Said é destruído em duas linhas: o Orientalismo, ensina o prof. Lewis sem levantar a voz, não começou com a colonização do islã pela cristandade. Curiosamente, começou antes: com a colonização da cristandade pelo islã. Se Said

¹⁹SAID, Edward W. Prefácio da edição de 2003... Op. Cit. p. 17

²⁰SAID, Edward W. Islã e Ocidente são bandeiras inadequadas. In: *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 137.

tivesse passado sete décadas a comer pó em arquivos, saberia disso. Adeus, Said.²¹

A citação mostrou uma agressividade com o crítico literário, em nenhum momento problematizou a divergência de ambos e muito menos construiu um diálogo acerca da teoria dos dois autores. Simplesmente colocou que o historiador britânico estava certo.

Percebe-se que Lewis e Demant dialogaram com uma visão conservadora do assunto. Os autores dissertaram sobre a cultura muçulmana e a dificuldade desta em se adequar a outras como o principal motivo, nas palavras de Demant e Lewis, para essa região estar desestabilizada. No entanto, não consideraram que os seus invasores também foram responsáveis pela atual situação no Oriente Médio. Afirmar que o atraso tecnológico foi o principal fator seria deixar de lado um jogo de interesses nessa região por parte da Europa e dos Estados Unidos.

A contribuição de Said foi importante para desmistificar o estereótipo acerca do mundo muçulmano, quebrando a imagem superficial do mundo árabe que foi construído com base nos valores Ocidentais. No entanto, para a proposta apresentada nesse trabalho, é necessário analisar outros trabalhos além desse autor.

Said analisa o Orientalismo com base apenas em elementos culturais, pois essa era a sua proposta. O objetivo desse trabalho parte do viés da História Social, ou seja, além da cultura, é necessária uma análise política, econômica e social do objeto. Inquestionável que o livro de Said é um clássico importante para a história do mundo muçulmano, e indiscutivelmente foi um pesquisador fundamental para a construção do discurso aqui apresentado, mas, para a nossa proposta, foi necessário buscar outros elementos além do elemento cultural.

Exatamente por isso que a pesquisa de Peter Demant é importante, pois, embora apresente uma visão conservadora sobre o mundo árabe, a análise histórica, social, política e econômica está bem descrita e esclarecedora, mostrando erudição sobre o assunto.

Esses pesquisadores contribuíram para discussões acerca do Oriente Médio, tornando-se importante um debate sobre esses autores. Para entender a atual conjuntura das intervenções estadunidenses, é importante comentar sobre a Revolução Iraniana.

²¹COUTINHO, João Pereira. Bernard Lewis aos 95 anos. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/1183992-bernard-lewis-aos-95.shtml> >. Acesso em 24 de Janeiro de 2014

1.2. A REVOLUÇÃO IRANIANA E A SUA INFLUÊNCIA NO AFGANISTÃO

Durante o período da Guerra Fria, o Oriente Médio e a Ásia tornaram-se importantes territórios para as duas potências mundiais – Estados Unidos e URSS. O petróleo tornou-se, estrategicamente, um elemento importante, ocasionando intervenções e alianças na região e dividindo o mundo árabe, entre 1950 e 1960, em dois blocos antagônicos: conservadores e progressistas²².

Os conservadores eram os aliados dos Estados Unidos; Arábia Saudita, sultanatos e emirados peninsulares, Jordânia e Marrocos. Além disso, os Estados Unidos fortaleciam Israel, por ser uma potência regional muito forte que estava atrelada aos interesses estadunidenses. Do lado progressista, faziam parte o Egito, Síria, Iraque, Argélia e Líbia, alinhados a URSS, onde se estabeleceram orientações pan-arabistas²³ e “socialistas”²⁴.

Esses elementos tornaram-se pontos chaves para a revolução iraniana.

A URSS estava próxima da região denominada de Arco das Crises, expressão criada pelo assessor estadunidense Zbigniew Brzezinski – um cerco contra a URSS, que abarcava a região do Norte da África ao Paquistão. De acordo com Vizontini, a revolução iraniana foi a que mais afetou essa região, pois o Irã possuía um exército bem treinado e extenso, além de estar entre a fronteira soviética e o Golfo Pérsico e da grande riqueza petrolífera²⁵, além de ser uma grande aliada dos Estados Unidos.

Lewis afirma que a Revolução Iraniana poderia ser comparada com a Revolução Francesa, pois ela representava uma grande mudança para a região. No entanto, os líderes e inspiradores desta não queriam nenhuma relação com o ocidente, tornando-a uma revolução islâmica. Acreditavam que a sua sociedade era baseada em preceitos diferentes do Ocidente, educada em escrituras diferentes e moldada por memórias históricas diferentes²⁶.

²²DEMANT, Peter. O Islã no espaço. In: *O mundo muçulmano*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 105

²³Movimento político que pretendia reunir os países de origem e língua árabe em uma grande comunidade de interesses, possuindo uma relação íntima com o nacionalismo árabe. Fonte: VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Oriente médio e Afeganistão: Século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002

²⁴DEMANT, Peter... Op. Cit.

²⁵VIZENTINI, Paulo Fagundes. Conflitos dos anos 80: Irã-Iraque, Afeganistão e Líbano. In: *O Oriente médio e Afeganistão: Século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 63

²⁶LEWIS, Bernard. Da liberdade à liberdade. In: *O Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.331

Ela tinha como objetivo principal derrubar o Xá Reza Pahlevi, pois consideravam sua monarquia repressiva. A oposição a esse regime era, formada principalmente, por estudantes, parte da classe média e os operários do setor petrolífero, liderado pelos comunistas. A revolução incomodava os Estados Unidos, pois o Irã era um de seus aliados na região.

A revolução tornou-se forte e o governo perdeu o controle, obrigando o Xá a deixar o país em 1979, dando a posse ao aiatolá Khomeini. De acordo com Vizentini,

a Revolução Iraniana fora o resultado da convergência de uma luta política contra os 25 anos da ditadura do Xá, de uma revolta social contra as profundas desigualdades do modelo capitalista adotado e de uma revolta islâmica e nacionalista contra a cultura ocidental²⁷.

Apesar dessas várias tendências, a revolução fortaleceu o poder dos fundamentalistas islâmicos na região. Ambos os autores parecem concordar com essa questão.

Para Peter Demant, a revolução iraniana, no lugar de se expandir e fortalecer sua economia, livrando o mundo árabe das imposições estrangeiras, só provocou repressões e guerras perdidas, pois o fundamentalismo tornou-se forte na região²⁸. No início, não era impensável para a revolução uma saída democrática, no entanto, novos líderes insistiam em instalar uma política autenticamente islâmica.

Para Paulo Vizentini,

as lutas internas conduziram à progressiva hegemonia dos fundamentalistas islâmicos. Assim, a revolução assumia um conteúdo social retrógrado, reintroduzindo práticas de um obscurantismo desconcertante. Entretanto, ela possuía um fortíssimo conteúdo antiimperialista...²⁹

²⁷Ibidem.

²⁸DEMANT, Peter... Op. Cit. p. 100

²⁹VIZENTINI, Paulo Fagundes... Op. Cit. p. 64

Mesmo com as diferentes vertentes que circundaram durante a revolução iraniana, o caráter antiimperialista³⁰ era forte. Foi uma revolução que também afetou outros países islâmicos, fazendo crescer um Movimento islâmico fundamentalista em muitos países. Um deles foi o Afeganistão.

Na época, governado por Daud, o Afeganistão aceitou ajuda econômica do Xá do Irã devido à crescente degradação econômica e à influência comunista no governo³¹. Daud assumiu o poder em 1973 com um golpe de estado e depôs o seu primo do trono, proclamando a república. O governo de Daud era apoiado pela frente marxista Parcham.

O país sempre teve fortes relações com a URSS, sendo o primeiro país a reconhecê-la em 1919. Antes de 1973, a “vida política” só existia em Cabul e outras poucas cidades; era movida por uma minúscula classe média, e muito dos seus trabalhadores haviam estudado na União Soviética. Boa parte da população levava sua vida no campo ou pastoril nômade³².

A partir de 1974, Daud permitiu que a *Savak* (polícia iraniana) atuasse no Afeganistão para eliminar a esquerda do aparelho estatal. A política externa do país começou a mudar quando sua diplomacia trocou de foco para os Estados Unidos, China e Paquistão, iniciando uma perseguição e efetuando prisões de membros do partido comunista. Com essa mudança, Daud tentava explorar a rivalidade entre a União Soviética e os países do ocidente.

Os ideais da revolução iraniana estavam influenciando nas revoltas no Afeganistão, preocupando a URSS, além do grande fluxo de armas que os Estados Unidos, Paquistão, Egito e Arábia Saudita enviavam para a Guerrilha conservadora³³. Como alternativa, o governo soviético apoiou um golpe por meio de uma intervenção militar no país em 27 de dezembro de 1979.

Segundo Robert Fisk, havia cinco divisões soviéticas completas no Afeganistão:

a 105ª Divisão aerotransportadora com base em Kabul, a 66ª Brigada de Fuzileiros

³⁰Definimos imperialismo como uma política de expansão e domínio cultural, territorial e econômico de uma nação sobre a outra. Para se aprofundar no assunto, recomendamos um artigo: CHOMSKY, Noam. *It's Imperialism, Stupid*. Disponível em: < <http://www.chomsky.info/articles/20050704.htm> >. Acesso em 24 de julho de 2014.

³¹VIZENTINI, Paulo Fagundes... Op. Cit., p. 65

³²Ibidem, p. 64

³³Ibidem, p. 66

Motorizados em Herat, a 357ª de Fuzileiros Motorizados em Kandahar, a 16ª de Fuzileiros Motorizados nas três províncias setentrionais de Badakhshan, Takhar e Samangan e a 306ª Divisão Motorizada em Kabul com os paraquedistas³⁴.

Esses dados mostram que foi uma verdadeira invasão em massa de uma superpotência contra um país que estava caminhando em uma direção contrária à sua ideologia. A URSS tentava reerguer o exército e o estado do Afeganistão, colocando suas tropas em pontos vitais do país³⁵.

No entanto, os guerrilheiros já haviam se instalado no Paquistão, dificultando o controle do país para o exército soviético, fazendo-o retirar suas tropas por meio do acordo de Genebra³⁶. Os dois países assinaram três instrumentos desse acordo: não-intervenção e não-interferência, retorno voluntário de refugiados afegãos e a retirada gradual de tropas estrangeiras. As tropas soviéticas foram saindo entre 15 de agosto de 1988 e 15 de fevereiro de 1989³⁷.

Mesmo com o fim da intervenção, o impacto no país foi profundo, pois causou uma grande instabilidade, gerando um forte movimento fundamentalista para tornar o Afeganistão um país verdadeiramente islâmico, fazendo o país cair sob o regime do grupo do Talibã.

O contexto apresentado no capítulo colabora para o entendimento da atual conjuntura política do Afeganistão, pois a intervenção soviética contribuiu para a situação política que o país vive atualmente. Colocar os afegãos e o fundamentalismo como os únicos responsáveis pela sua instabilidade política torna-se um caráter reducionista, não levando em consideração um contexto de uma guerra onde duas potências mundiais agiram conforme os seus próprios interesses.

O Oriente Médio continuou sendo alvo de interesses para as potências europeias e, principalmente, para o governo estadunidense. A

³⁴FISK, Robert. Eles matam os russos. In: *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007. p. 75

³⁵VIZENTINI, Paulo Fagundes... Op. Cit. p. 66

³⁶Acordo supervisionado pela ONU que foi assinado em 14 de abril de 1988 entre o Afeganistão e o Paquistão, tendo como fiadores os Estados Unidos e a União Soviética. In: 14 de abril de 1988 – URSS concorda em sair do Afeganistão. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=20595>>. Acesso em 17 de junho de 2014.

³⁷S/A. *Hoje na História*: 1989 – Tropas soviéticas abandonam oficialmente o Afeganistão. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/27183/hoje+na+historia+1989+-+tropas+soviéticas+abandonam+oficialmente+afeganistao.shtml>>. Acesso em 27 de abril de 2014.

intervenção ainda era utilizada como justificativa para estabelecer a paz em uma região conflituosa, como ocorreu na Primeira Guerra do Golfo.

1.3. A PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO

A guerra do Golfo ajudou a construir algumas divergências entre Estados Unidos e Iraque quando se trata de política externa, pois foi a maior intervenção na região por potências estrangeiras desde as grandes guerras mundiais.³⁸ No entanto, para um melhor entendimento, foi preciso descrever rapidamente a guerra que antecedeu esta: a Guerra Irã-Iraque.

As causas da guerra, segundo Lewis, podem ser entendidas pelos seguintes motivos:

A guerra Irã-Iraque teve muitos aspectos diferentes. Podia ser, e foi, apresentada em termos pessoais, como um confronto entre líderes carismáticos, Khomeini e Saddam Hussein; em termos étnicos, entre persas e árabes; em termos ideológicos, entre o revivalismo islâmico e o modernismo secular [...], em termos sectários, entre sunitas e xiitas; em termos econômicos, em luta pelo controle de petróleo da região; e mesmo entre os termos em antigos termos de poder político, como uma briga por territórios e luta pela hegemonia regional.³⁹

Em um primeiro momento, os Estados Unidos, assim como a URSS, apoiaram o Iraque, pois era compreensível de acordo com os seus interesses. Países como o Kuwait e a Arábia Saudita também apoiaram Saddam Hussein com apoio financeiro. O Irã estava isolado, pois considerava as duas superpotências como inimigas.

Com a ajuda desses países, Saddam Hussein esperava que a guerra fosse rápida, no entanto, ela durou oito anos (1980-1988), enfraquecendo o país. O conflito também enfraqueceu os países muçulmanos, principalmente do Oriente Médio, pois os colocou como inimigos entre si, dividindo a região.

³⁸ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa... Op. Cit., p. 83.

³⁹LEWIS, Bernard... Op. Cit, p. 324.

O que parecia ser uma excelente oportunidade para o governante do Iraque, tornou-se um prejuízo. Para suprir parte do desgaste, o Iraque decidiu realizar uma invasão no Kuwait.

Saddam Hussein acusava o vizinho de causar a queda do preço do petróleo, através do aumento da oferta do produto, além de reivindicar questões anteriores relacionadas ao território; de roubar petróleo de Rumaila, um dos poços do Iraque; que a população do Kuwait solicitava a intervenção e, ao combater o Kuwait, estaria se defendendo de um agente do mundo imperialista.⁴⁰

O Iraque necessitava de uma saída mais extensa para o mar, pois seria ideal para o déficit que a guerra anterior causou, e, como justificativa, afirmou que, historicamente, o território do Kuwait fazia parte do Iraque. E, assim como no conflito que antecedeu, Hussein acreditou que teria o apoio dos Estados Unidos e de outras potências, mas a política internacional havia mudado.

Com o fim da URSS, o mundo já não presenciava o contexto da Guerra Fria, e os Estados Unidos, considerado a maior potência mundial, já não defendia os mesmos interesses. O domínio do Iraque sobre essa região prejudicaria os interesses petrolíferos dos Estados Unidos e de outros países árabes, forçando o governo estadunidense a seguir uma posição contrária à tomada na guerra Irã-Iraque.

Com a queda da URSS, Saddam Hussein

não foi mais impedido de se meter em aventuras perigosas, como poderia ter acontecido no passado, pela cautela de uma superpotência protetora, e aproveitou plenamente a nova liberdade. Mas havia um preço. Como seqüelas logo demonstraram, ele não podia mais convocar a superpotência que o patrocinava para protegê-lo de outra superpotência invocada por sua vítima na região.⁴¹

A própria Rússia decidiu não se envolver no conflito, deixando mais clara a superação definitiva da dinâmica da Guerra Fria, consolidando o poder estadunidense na região e também na Guerra do Golfo.

⁴⁰ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa... Op. Cit., p. 83-84.

⁴¹LEWIS, Bernard... Op. Cit, p. 324.

A sociedade internacional solicitou a saída das tropas iraquianas do Kuwait, pedido este que não foi atendido. Como resposta, as Nações Unidas aprovaram que as exportações iraquianas de petróleo fossem embargadas, mas as tropas ainda permaneceram no país. A continuidade levou, então, a aprovação de uma intervenção liderada pelos Estados Unidos no país pelo Conselho de Segurança da ONU.

Com a recusa de Saddam Hussein em se retirar do país em dois dias, prazo estabelecido pelos Estados Unidos, deu-se início, em 15 de janeiro de 1991 a um ataque aéreo realizado pela Grã-Bretanha e os Estados Unidos, seguido de uma invasão terrestre. Em aproximadamente 100 dias, as tropas iraquianas haviam deixado o Kuwait.

Essa intervenção foi vista como necessária nas palavras de Demant, quando este afirma: *Mais uma vez, o mundo árabe precisou de uma intervenção internacional para se salvar.*⁴² É uma afirmação perigosa, pois legitima a necessidade das intervenções, colocando elas como necessárias no mundo árabe.

Para Zahreddine, Lasmar e Teixeira,

se a intervenção militar resolveu a ocupação do Kuwait, ela deixou várias questões sem resolver, a começar pela permanência do ditador Saddam Hussein. Quando alguns meses após o fim da guerra, rebeldes curdos se revoltaram contra a ditadura em todo Iraque, o mundo ocidental não interferiu em um primeiro momento.⁴³

Tanto a Grã-Bretanha quanto os Estados Unidos estavam defendendo os seus interesses. Eles queriam o monopólio do petróleo e da região, e a permanência de Hussein no poder não trazia grandes perigos para sua hegemonia. O bem estar da população e o fim de um regime cruel e sanguinário não eram as suas preocupações.

Esses pontos são importantes para questionar até que ponto as intervenções foram realmente necessárias no mundo árabe. Os maiores prejudicados delas não são os países e nem os governantes, mas a própria população árabe. É importante problematizar essas questões e não se prender às notícias com tendências conservadoras e sem problemática sobre o assunto.

⁴²DEMANT, Peter... Op. Cit. p. 120

⁴³ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa... Op. Cit., p. 85

1.4. AS INTERVENÇÕES APÓS O ATENTADO DE 11 DE SETEMBRO

O atentado às torres gêmeas, no dia 11 de setembro de 2001, foi considerado uma verdadeira atrocidade por muitos pesquisadores. Ainda que se contestem as ações tomadas pelos Estados Unidos após o ataque, era inevitável não pensá-lo como algo impactante, pois foi uma devastação que proporcionou muitas vítimas instantâneas. No entanto, mais importante do que levantar culpados, tornou-se relevante entender a conjuntura que levou a tal episódio.

O ataque ocorreu quando quatro aviões de passageiros foram sequestrados dentro dos Estados Unidos. Dois deles provocaram a explosão e o desabamento das Torres Gêmeas do World Trade Center, um caiu em Washington DC, atacando o Pentágono, e o último caiu em Pittsburgh sem atingir seu objetivo, que muitos acreditavam ser Camp David⁴⁴.

Esses acontecimentos marcavam o fim da inviolabilidade estadunidense, sendo a primeira vez que o território estadunidense recebera um ataque desde a Guerra de 1812⁴⁵. Pode-se considerar o episódio em Pearl Harbor, na Segunda Guerra Mundial, um ataque aos Estados Unidos, assim como o ataque ao World Trade Center, em 1993. No entanto, para Noam Chomsky, é um equívoco fazer essa analogia, pois o Hawaii era uma colônia, não um território (tornando-se um Estado da Federação dos Estados Unidos somente em 1959)⁴⁶.

Cristina Soreanu Pecequilo reforça que o território estadunidense nunca foi atacado:

[No caso de Pearl Harbor], estávamos em uma época de guerra, o inimigo era claramente definido, o ataque foi realizado em uma base distinta do continente (...). No caso do atentado anterior ao World Trade Center,

⁴⁴PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Bush e o fim da América insolúvel*. In: A política externa dos Estados Unidos. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 372.

⁴⁵Guerra entre Estados Unidos e a Grã-Bretanha. A principal causa da guerra foi a restrição no comércio imposto durante a guerra da Grã-Bretanha e França, o aprisionamento de marinheiros estadunidenses a mando da marinha Britânica, e as alianças dos britânicos durante a expansão dos americanos por territórios indígenas. Fonte: COLLADO, Adriano. *La Guerra de 1812, fin de los lazos coloniales*. Disponível em: < <http://historiausa.about.com/od/EstNac/a/La-Guerra-De-1812-Fin-De-Los-Lazos-Coloniales.htm> >. Acesso em 03 de junho de 2014.

⁴⁶CHOMSKY, Noam. Nunca, desde a Guerra de 1812. In: 11 de Setembro. Rio de Janeiro: Bretand Brasil, 2011. p. 12.

também realizado no início do mandato de uma presidência nova, tivemos uma ação isolada e localizada, causando poucos estragos humanos e materiais⁴⁷.

O que antes era uma dúvida se tornou realidade com o atentado. Muitos apontavam para a vulnerabilidade dos Estados Unidos antes do episódio, mas não houve muita ressonância e preocupação. O ataque às torres gêmeas deixou clara a fragilidade do país, admitindo-se não ser apenas uma hipótese.

Muitos esperavam uma justificativa e reação do governo estadunidense. Não demorou muito para George W. Bush ligar o ataque a Osama Bin Laden, o Talibã e a Al-Qaeda, e declarar o que foi conhecido como “Guerra contra o terror”, com o objetivo de eliminar o terrorismo.

A definição de terrorismo que foi utilizado pelo governo estadunidense foi a mesma apresentada no *US code*⁴⁸, e como mostra em um dos itens, um ato de terrorismo quer dizer qualquer atividade que:

envolva um ato violento ou uma séria ameaça à vida humana que seja considerado delito pelos Estados Unidos ou qualquer Estado, ou que seja delito assim reconhecido, se praticado dentro do território jurisdicional americano ou de qualquer outro estado; e b) (i) aparente ser uma intimidação ou coerção à população civil; (ii) influencie a política governamental por meio de intimidação ou coerção; ou (iii) ameace a conduta de um governo por um assassinato ou seqüestro.⁴⁹

Em um primeiro momento, a propaganda do antiterrorismo foi aceita por boa parte dos meios de comunicação e pesquisadores. Ian O. Lesser, doutor em relações internacionais pela Universidade de Oxford, membro de uma equipe de planejamento de segurança internacional do Departamento de Estado durante o governo de Bill Clinton, em uma entrevista para a revista *Veja*, reforça a propaganda antiterrorista,

⁴⁷PECEQUILO, Cristina Soreanu... Op. Cit., p. 372-373.

⁴⁸United States Code: Código oficial de leis federais, gerais e permanentes dos Estados Unidos. Contém 51 títulos. Disponível em: < <http://www.law.cornell.edu/uscode/text> >. Acesso em 08 de Abril de 2014.

⁴⁹CHOMSKY, Noam... Op. Cit. p. 17

colocando essa ameaça como global – afirmando, inclusive, que o Brasil não estaria livre dos ataques⁵⁰.

No entanto, ao analisar uma entrevista feita com Bin Laden, observa-se que o seu objetivo era combater os Estados Unidos, não justificando uma ameaça global:

“Creo que, tarde o temprano, los americanos se irán de Arabia Saudí, y que la guerra declarada por Estados Unidos contra o pueblo saudí significa que la guerra contra los musulmanes em todas partes. La resistência contra América se extenderá a muchos pontos de los países muçulmanos. Nuestros venerados dirigentes, los ulemás, han dictado una *fatwa* que nos ordena expulsar a los norteamericanos. La solución a esta crisis es la retirada de las tropas americanas... Su presencia militar es um insulto contra el pueblo saudí⁵¹.

Bin Laden considerava os Estados Unidos o principal inimigo do Islã, e um dos motivos era o apoio do país ao estado de Israel. O atentado foi contra um país que, de acordo com a visão de Bin Laden, realizou intervenções militares e prejudicou a região do Oriente Médio. Ainda que suas atitudes não fossem justificáveis, existiu uma causa que o motivou, e os atentados não podem ser reduzidos apenas ao “ódio pelos valores ocidentais”.

Porém, o governo estadunidense não levou em consideração essas discussões, utilizando um discurso reducionista para legitimar a guerra contra o terror, mostrando atitudes equivocadas.

Para Pecequilo, o governo [dos Estados Unidos] mostrou um despreparo, pouco fazendo além da óbvia declaração de guerra e a habitual promessa de retaliação⁵². Não houve discussão a respeito de seguir outro caminho, nem das conseqüências que uma guerra poderia representar. Noam Chomsky, baseado nas entrevistas feitas para o *Hartfort Corand* (20 de setembro de 2001) e para David Barsamian (21 de setembro de 2001) comenta:

⁵⁰SALGADO, Eduardo. *O Novo Terrorismo*. Revista Veja, ed 1718, n. 37, p. 09, 2001. p. 09

⁵¹Fisk, Robert. “*El hombre culpable solo es feliz si recibe su castigo*”. Disponível em: <http://elpais.com/diario/2001/09/16/internacional/1000591211_850215.html>. Acesso em 28 de maio de 2014.

⁵²PECEQUILO, Cristina Soreanu... Op. Cit., p. 374.

A rede de bin Laden, em si, é de uma categoria diferente, e, na verdade, suas ações nos últimos vinte anos já causaram um enorme dano às populações pobres e oprimidas da região, que não são levadas em consideração pelas redes terroristas. Mas, efetivamente, eles angariam para si o resultado de toda uma reserva de ódio, medo e desesperança, e é por isso que estão rezando por uma reação violenta por parte dos Estados Unidos, que terminará mobilizando outros em torno de sua causa hedionda⁵³.

Não levando em consideração os apontamentos feitos por Chomsky, os Estados Unidos, junto com a Grã-Bretanha, em outubro de 2001, invadiu e bombardeou o Afeganistão com o intuito de encontrar Bin Laden, os líderes da Al-Qaeda e combater o regime do Talibã. A ação também teve o apoio de órgãos governamentais, como a CIA, e grupos que faziam oposição ao Afeganistão, em particular, a Aliança do Norte⁵⁴.

A intervenção durou três meses e conseguiu tirar o Talibã do poder em novembro, mas Bin Laden não foi encontrado. Após a intervenção, não foram investidas ações para encontrar Bin Laden. O foco dos Estados Unidos mudou para o Iraque.

Logo no início do atentado já se arquitetava uma intervenção no Iraque. Muitos afirmaram que Saddam Hussein teria agido em associação com Bin Laden para atacar as torres gêmeas, mas a informação não recebeu muita atenção. No entanto, ela foi recuperada mais tarde para justificar a invasão de 2003, junto com a acusação que o governo iraquiano possuía Armas de Destruição em Massa⁵⁵.

Inicialmente, o governo estadunidense não recebeu apoio da opinião pública nem da comunidade internacional. Desde a Guerra do Golfo, com a aplicação de sanções contra o país, o Iraque perdera qualquer chance de agressão e projeção de poder externo a nível

⁵³CHOMSKY, Noam. É possível vencer uma guerra contra o terrorismo? In: 11 de Setembro... Op. Cit., p. 30.

⁵⁴Organização político-militar criada pelo Afeganistão em 1996 com o intuito de combater o Talibã: SIMON, FYONA. *Análise: A Aliança do Norte no Afeganistão*. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010924_aliancanorte.shtml >. Acesso em 27 de junho de 2014.

⁵⁵PECEQUILO, Cristina Soreanu... Op. Cit., 375.

regional e global; e os custos políticos, estratégicos e econômicos eram considerados elevados para uma intervenção⁵⁶.

No entanto, o Departamento de Defesa questionava essas afirmações. Para eles, a intervenção seria uma operação fácil e rápida, e o exército dos Estados Unidos seria muito bem recebido.

Uma intervenção no Iraque era essencial para fortalecer o poder e a influência estadunidense na região, principalmente pela exploração de petróleo. No entanto, no Conselho de Segurança, somente a Grã-Bretanha apoiava essa ação estadunidense, e isso não era suficiente para garantir uma resolução contra o Iraque.

Em meio a essa conjuntura, o argumento da existência de laços entre Saddam Hussein e a Al-Qaeda foi retomado com o intuito de conseguir apoio popular. Mesmo sem dados que a comprovasse, a acusação atingiu o seu objetivo: 45% dos norte-americanos acreditavam que Hussein (e não Bin Laden, ou uma suposta aliança entre eles) teria sido o único responsável pelo 11 de setembro; e mais de 70% dos norte-americanos aceitaram o conflito como importante diante da definição do Iraque como um risco real e imediato⁵⁷.

No entanto, ainda não tinham o apoio da ONU, fazendo com que, em setembro de 2002, fosse publicado um documento intitulado *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*, também conhecido como Doutrina Bush, um conjunto de princípios e métodos adotados pelo presidente George W. Bush após o atentado de 11 de setembro para combater qualquer ataque terrorista. Caso fosse necessário, a doutrina reservava o direito a ataques preventivos contra países que ameaçassem seus interesses e de seus aliados.⁵⁸

A Doutrina Bush acabou dando mais autonomia ao governo estadunidense, facilitando que, em outubro, a Resolução de Guerra contra o Iraque fosse aprovada: 296 a 133 na Câmara e 77 a 23 no Senado, sem que fossem impostos constrangimentos à ação presidencial.

A Resolução acabou pressionando a ONU – que inicialmente não aprovava uma intervenção no Iraque –, fazendo com que o Conselho de Segurança da mesma aprovasse por unanimidade uma nova resolução sobre o Iraque, a 1441. De acordo com Pecequilo, a resolução não era clara, podendo ser interpretada de diversas maneiras:

⁵⁶PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Doutrina Bush e o Iraque*. In: A política externa dos Estados Unidos... Op. Cit., p. 403.

⁵⁷Idem, p. 405.

⁵⁸RESENDE, Erica Simone A. *A Doutrina Bush Revista: o segundo tempo de uma mesma partida*. Disponível em: < <http://biblat.unam.mx/pt/revista/cena-internacional/articulo/a-doutrina-bush-revista-o-segundo-tempo-de-uma-mesma-partida> >. Acesso em 14 de junho de 2014.

ela estabelecia que o Iraque sofreria “sérias consequências caso não concordasse com seus termos, determinando-se uma ação decisiva do CS para assegurar a paz e a segurança internacional. Não se especificava o que se entendia por “sérias consequências” e nem “ação decisiva”, daí a emergência das interpretações que variavam de acordo com o interesse dos envolvidos. Para os contrários à invasão, isso indicava a necessidade de uma resolução adicional para a guerra; para os Estados Unidos, ela a legitimava⁵⁹.

O Iraque cumpriu as demandas da resolução, embora oscilasse entre provocações abertas aos Estados Unidos e a ONU. No entanto, o país negava a posse de qualquer arma de destruição em massa ou intenção de desenvolvê-las de forma secreta, o que era contestado pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Essa recusa de Hussein foi utilizada como justificativa para uma intervenção no Iraque, pois as supostas armas de destruição em massa poderiam abalar a paz mundial.

George Bush deu um prazo de 48 horas para Hussein se render e entregar as armas de destruição em massa, caso contrário, o país seria invadido, o que não foi cumprido, acarretando em uma intervenção liderada pelos Estados Unidos, em 19 de março de 2003.

No decorrer do capítulo, ficou claro que os Estados Unidos se aproveitaram do atentado para legitimar suas ações com a chamada “guerra contra o terror”, utilizando de mecanismos para ofuscar seus verdadeiros interesses. Em meio a isso, torna-se necessário uma análise mais profunda e crítica sobre esses acontecimentos, pois os conteúdos mais conservadores realizam poucos questionamentos sobre essas questões.

⁵⁹PECEQUILO, Cristina Soreanu... Op. Cit., 408.

2. AS REVISTAS COMO OBJETO DE ANÁLISE

2.1. O SURGIMENTO DAS REVISTAS NO BRASIL

Antigamente, as revistas não eram configuradas da mesma forma que pensamos hoje. Seu formato foi ganhando novas configurações e adquirindo novos objetivos em diferentes conjunturas. Partindo por essa problemática, o intuito desse capítulo foi dissertar brevemente sobre o surgimento das revistas no país e como elas se formaram até os dias atuais.

As revistas não eram muito comuns no Brasil antes de 1808, pois, antes desse período, era proibido imprimir em território nacional. A revogação desta só veio com a vinda de D. João VI para o Brasil e, em 1812, é criada a primeira revista em território nacional: *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, que tinha como intuito defender

os costumes, as virtudes morais, e sociais publicando extratos de romance, resumos de viagens, trechos de autores clássicos, cuja leitura tenda a formar a pureza da linguagem, algumas anedotas e boas respostas, conselhos domésticos, informações sobre navegação, instrução militar, política e ciência⁶⁰.

Com o crescimento da elite intelectual, surge no Rio de Janeiro, em 1813, *O Patriota*, revista que tinha como propósito divulgar autores e temas nacionais. Com a mesma ideia de atender à elite da época, outras revistas também foram criadas, entre elas, os *Anais Fluminenses de Ciências e Artes e Literatura* (1822)⁶¹.

Observa-se que essas revistas não visavam uma segmentação específica, ou seja, elas apresentavam assuntos gerais para o período, sem a pretensão de atingir um público alvo ou determinar um recorte específico.

Isso mudou em 1827, com *O Propagador das Ciências Médicas*, lançada pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, totalmente voltada para assuntos médicos⁶². Foi criado pelo francês Pierre René

⁶⁰MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: O caso da editora Abril*. 1997. 359 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1997. p. 14.

⁶¹BAPTISTA, Iria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. História das revistas no Brasil: Um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*. Tubarão, ed 004, p. 1-21, julho. 2010.

⁶²Idem.

Francois Plancher de la Noé, trazendo como referência os moldes e a influência da “civildade” francesa.

De acordo com Maria Celeste Mira, Plancher foi um dos introdutores da litografia no Brasil, criada nos últimos anos do século XVIII⁶³. Antes do advento da fotografia, ela era um mecanismo importante para a reprodução de imagens.

Plancher também criou a *Museu Universal*, em 1837. Esta acabou por mostrar um diferencial, pois o período de vida de boa parte das revistas era muito curto por não terem assinaturas e recursos suficientes. Mesmo as que obtinham mais sucesso permaneciam no mercado apenas por dois anos. A *Museu Universal* foi a primeira que manteve a permanência junto com o leitor, trazendo, como mostra Baptsita e Abreu, “as experiências das Exposições Universais europeias que dominaram o século XIX⁶⁴”. Considerada a precursora das revistas modernas, ela

introduz o uso sistemático das imagens, elaboradas por artistas franceses e ingleses, além de um texto mais leve e acessível, em que se misturam preocupações culturais, e artísticas com elementos de entretenimento: trechos de romances, contos e poesias populares, notícias sociais, conselhos domésticos, charadas e anedotas⁶⁵.

As revistas criadas por Plancher eram modeladas com base nas revistas francesas, o que facilitou a repercussão das mesmas, pois a sociedade brasileira científica, artística, industrial e cultural desse período tinha uma forte influência da França.

Todas as iniciativas de fundar revistas foram de estrangeiros, sendo a maioria deles, franceses. No entanto, a conjuntura era diferente do Brasil. A boa parte da população do período era de analfabetos, ou seja, o público dessas revistas era minúsculo, restrito apenas a uma pequena elite culta e rica.⁶⁶

No século XX já se observa uma mudança. Muitas buscavam atingir públicos variados, no entanto, o elitismo cultural, marca da imprensa do século XIX, ainda estava impregnado. É o caso da *Revista da Semana*, considerado por Mira como as mais próximas das atuais

⁶³MIRA, Maria Celeste... Op. Cit, p. 15.

⁶⁴BAPTISTA, Iria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer... Op. Cit,

⁶⁵MIRA, Maria Celeste... Op. Cit, p. 16.

⁶⁶Idem, p.19.

revistas semanais, trazendo resumo dos acontecimentos da semana, crônicas literárias, contos infantis, poesias e também foi responsável pelas primeiras fotos publicadas em revistas no território nacional, dando ênfase a reconstruções em estúdio fotográfico de casos criminais.

Seguindo essa tradição, foi criada por Assis Chateaubriand a revista *O Cruzeiro*. Ela ficou por três décadas no mercado (1930, 1940 e 1950), tornando-se a mais vendida no período. Como aponta Mira, a revista trazia um pouco de tudo e se dirigia a qualquer tipo de público: homens, mulheres, jovens ou não⁶⁷.

Foi a primeira revista a iniciar os elementos que, hoje, caracterizam os principais empreendimentos: *marketing, investimento técnico, preocupação com o padrão visual e esquema de distribuição*⁶⁸. Segundo Mira, Chatô utilizou vários meios para divulgar seu trabalho: caminhões, barcos, trens, e até um avião bimotor⁶⁹. *O Cruzeiro* foi um exemplo de publicidade para as outras revistas, conquistando um número elevado de vendas por, aproximadamente, trinta anos em decorrência do caráter propagandístico dos editores. No entanto, em 1968 começa o período de decadência.

Mesmo tendo clareza do funcionamento dos negócios culturais e dos mecanismos para atrair leitores e anunciantes, as empresas de Chateaubriand eram desorganizadas e mal administradas. Com essa má administração e a concorrência com novas publicações, *O Cruzeiro* iniciou um lento declínio, deixando de circular completamente em 1975⁷⁰. Um dos principais monopólios que contribuiu para a queda do *Cruzeiro* foi a Editora Abril, assunto que será tratado em outro capítulo.

O processo de consolidação do formato das revistas que conhecemos atualmente passou por um longo processo de transformação, que, em sua maioria, teve a contribuição de fatores e agentes externos. Cada um desses fatores está relacionado de acordo o contexto e conjuntura da época.

2.2. REVISTAS COMO FONTES HISTÓRICAS

⁶⁷MIRA, Maria Celeste... Op. Cit, p. 13.

⁶⁸Idem, p. 27.

⁶⁹Idem, p. 28.

⁷⁰Para se aprofundar mais sobre *O Cruzeiro*, ler a Tese de Doutorado de Maria Celeste Mira e o artigo escrito por Íria Catarina Queiroz Baptista e Karen Cristina Kraemer Abreu, ambos já citados ao longo do texto.

Cada documento utilizado pelos historiadores para os estudos de suas problemáticas apresentam peculiaridades, tornando-se importante analisar, antes de entrar no ponto chave da pesquisa, essas particularidades e como utilizá-las como objetos de análises. Tendo conhecimento dessas questões, esse capítulo tem como objetivo dissertar as questões teórico-metodológicas que serão utilizadas na pesquisa para trabalhar a revista como fonte histórica.

É preciso ter em mente que a revista, antes de tudo, é um meio midiático que visa atingir determinados públicos, dependendo dos objetivos específicos de cada uma. Citando como exemplo, *A Quatro Rodas* visa atrair os amantes de carros, enquanto a revista *Cláudia* desenvolve suas matérias voltadas ao público feminino.

Por ela ser um meio midiático e estar carregada de interesses internos, foi importante esclarecer que nenhum deles era neutra, por mais que se identificasse como tal, pois os responsáveis pelas matérias e pelas revistas possuíam opiniões e sempre as transpareceram sobre o assunto em questão, mesmo que tentasse não fazer. De acordo com Felipe Reis Melo:

Independente da posição assumida por qualquer meio de comunicação (“imparcial”, “objetivo”, “isento”, “independente”, “direita”, “esquerda”), nenhum deles é neutro, pois não existe o observador neutro. Toda matéria sofre influência dos valores de quem a escreve, de quem filma ou fotografa as imagens, de quem faz a edição e, finalmente, de que lê, vê ou ouve a notícia.⁷¹

Quando alguém observou algum acontecimento, este analisou e julgou de acordo com a carga social e cultural que adquiriu no decorrer da vida. O mesmo aconteceu quando se publicou um artigo em algum meio de comunicação ou quando algum administrador definiu o conteúdo que sua revista difundirá.

Por isso, foi de suma importância, ao analisar uma revista, verificar a que público se destinava, qual foi a sua relação com o mercado e quais foram os seus colaboradores. Estas questões podem definir o

⁷¹MELO, Felipe Reis. *Mídia como instrumento de controle social*. UNIREvista (UNISINOS. Online), v. 1, p. 1-9, 2006.

posicionamento ideológico e político do objeto de análise, bem como o poder de divulgação de seu conteúdo.

De acordo com Tânia Regina de Luca, todos os elementos presentes nas revistas são importantes para analisar uma revista, pois

o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetos propostos, do público a que se destinava, e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para entender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/ página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela sociedade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, forma de utilização e padrões estéticos⁷².

Dependendo do periódico, alguns desses elementos podem não estar presentes ou serem apresentados de outra forma. Muitas revistas podem disponibilizar os seus acervos na internet, excluindo a análise do tipo de papel e a qualidade de impressão, por exemplo. No entanto, a ausência de alguns desses pontos também podem estar dotados de historicidade.

Podemos verificar esses pontos analisando a revista *Veja*. Além de fabricar exemplares que são publicados semanalmente nas bancas, ela disponibilizou um acervo digital⁷³, permitindo que seus leitores tenham outra opção para acompanhar suas revistas.

Quando o acervo foi disponibilizado digitalmente, aumentou o acesso ao conteúdo, logo, podem-se ter tipos variados de leitores. No entanto, isso não tornou o periódico mais neutro ou sem interesse em atingir determinados grupos com suas publicações.

Toda revista têm o seu lugar na sociedade, tornando-se necessário analisar o ambiente ocupado por ela na vida das pessoas. As construções de suas identidades estão relacionadas a uma sociedade de consumo, algo que surgiu no decorrer do século XX, quando os periódicos

⁷²LUCA, Tânia Regina. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011. p.2

⁷³Acervo digital da Veja. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital/> >. Acesso em 30 de abril de 2014.

resolveram se adaptar às questões do mercado, como aponta Maria Celeste Mira⁷⁴.

A publicidade contribuiu bastante para essas questões. Grande parte da renda das revistas foi proveniente de anúncios que realizavam propagandas sobre determinados produtos e/ou empresas. Esses pontos mostraram se a revista estava ou não ligada às lógicas de mercado, além de determinar, em muitos casos, os grupos que as patrocinam.

Assim como os editores, os patrocinadores poderiam determinar os limites da crítica, pois os meios de comunicação adquiriam uma dependência financeira da publicidade por estarem inseridos na lógica de uma sociedade de consumo, que precisava de dinheiro para manter suas publicações, como aponta Felipe Reis Melo⁷⁵. Os editores acabaram concordando com as limitações postas, devido a esta dependência.

Nota-se que todos os elementos presentes na revista são selecionados por um conjunto de escolhas de acordo com determinados interesses. As iconografias não escapam a esta regra.

Segundo Baptista e Abreu, a *Semana Ilustrada* trouxe, em 1864, cenas do campo de batalha da Guerra do Paraguai, a guerra imperial contra Solano López⁷⁶. Isso mostra que, em muitos casos, as iconografias não estão presentes meramente para ilustração, mas também para cumprir uma função na publicação, e também serem usadas com viés político.

A revista não poderia ser considerada somente uma afirmação de análise, mas também como um meio de intervenção social. A melhor maneira para seguir esse caminho foi inseri-la dentro da lógica de mercado para verificar todos os mecanismos que contribuíram para a propagação de determinado periódico, como já foi citado no texto⁷⁷.

Importante ressaltar que essa perspectiva foi válida somente quando analisamos as revistas a partir de 1960, como aponta Tânia Regina de Luca, pois somente a partir desse período a lógica capitalista influenciou a publicação das revistas⁷⁸. Isso ocorreu porque as questões de publicidade e propaganda não estavam consolidadas nas revistas.

⁷⁴MIRA, Maria Celeste... Op. Cit

⁷⁵MELO, Felipe Reis... Op. Cit.

⁷⁶BAPTISTA, Iria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer... Op. Cit.

⁷⁷Sobre as visões marxistas na imprensa, ler: SILVA, Carla Luciana. *Estudando a imprensa para produzir história*. Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/.../carlalucianasilva.pdf >. Acesso em 30 de abril de 2014.

⁷⁸LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bazanezi. (Org). *Fontes Históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 122.

As revistas de modo geral são instrumentos que noticiam, defendem e encaminham ações de sujeitos. Por isso, foi importante analisar os posicionamentos defendidos pelas editoras e como elas se relacionaram com a sociedade, pois, como bem apontou Carla Luciana Silva, a imprensa em geral apareceu como defensora da liberdade de opinião, mas na verdade ela existiu como um sujeito político construtor de consenso e hegemonia⁷⁹.

Esse trabalho será realizado nos próximos itens, com as revistas *Veja* e *Carta Capital*.

2.3. A REVISTA VEJA E A DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Este item tem como objetivo discutir a atuação da *Veja* no cenário brasileiro. A proposta foi entender como ela influenciou a conjuntura do país com as suas matérias e a posição ideológica tomada diante do contexto em que estava inserida.

Veja pertence à Editora Abril, editora criada em 1950 por Victor Civita⁸⁰, período em que a lógica de mercado foi incorporada em muitas revistas. Com isso, as revistas passaram a se colocar como empresas.

A influência das concepções empresariais facilitou a atuação dos interesses hegemônicos no jornalismo nacional, que não só acarretou a modernização das empresas e dos textos, como também a “profissionalização dos jornalistas e da constituição de todo um ideário sobre o que era jornalismo e qual era a sua função social”⁸¹.

Em decorrência disso, a revista deixou de ser um espaço político-literário, como era no século XIX e início do XX, e passou a ser definida como um espaço neutro e independente. A partir de 1950, a lógica seguida era que as informações deveriam ser propagadas exatamente como elas aconteceram.

Foi com essa mentalidade que, em 1968, criou-se a revista *Veja*. No entanto, como foi visto anteriormente, a neutralidade não existe nos meios de comunicação. A imprensa deixou o caráter político para se tornar informativa, mas ela utilizou de mecanismos para esconder suas ações partidárias e legitimar suas ações.

Para Carla Luciana Silva, *Veja* pode ser considerada um partido neoliberal. A palavra “partido” pode causar confusão quando colocada

⁷⁹DA SILVA, Carla Luciana Souza. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. 652f. Tese (Doutorado em História) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/ UNIOESTE, Niterói, 2005. p. 26.

⁸⁰Sobre Roberto Civita, ler: MIRA, Maria Celeste... Op. Cit., p. 32-45

⁸¹DA SILVA, Carla Luciana Souza... Op. Cit, p. 39.

sem uma problemática, pois ela está intrinsecamente atrelada ao político. No entanto, a autora esclareceu a utilização do termo no seguinte trecho:

Eles apontam caminhos (rumos, norte) promovendo debates, assumindo para si o papel dirigente de classe, também por ser a ela atribuído o papel de organizar a “agenda coletiva”. Mas isso não implica em filiação a um partido formal, pois “a imprensa é partidária, não no sentido de defender este ou aquele partido, mas no de ter um programa a defender”⁸².

Mesmo não existindo a neutralidade nos meios de informação, foi importante para *Veja* manter essa ideia. Em nenhum momento ela definiu sua posição partidária, mas suas matérias mostraram uma lógica neoliberal quando expôs a necessidade de comprar, consumir e desejar as grandes marcas, sem questionar que a riqueza não existiria sem a exploração dos trabalhadores.⁸³

Para excluir a luta de classes e os movimentos de esquerda que reivindicavam os direitos dos trabalhadores, *Veja* utilizou a lógica do “Não há alternativa”. Para a revista, a única liberdade possível seira o livre-mercado, ou seja, a liberdade de comprar e escolher os produtos e serviços. A conclusão final foi que não há alternativa, senão se adequar ao sistema liberal.

De acordo com Maria Ribeiro do Valle, *Veja* contribuiu, assim,

para o fechamento da possibilidade de fazer crítica à sociedade regida pelos valores de mercadoria, determinando as necessidades individuais e coletivas e combatendo qualquer tipo de oposição ao sistema político e econômico do mercado⁸⁴.

⁸²Idem, p. 33

⁸³SILVA, Carla Luciana. *O admirável mundo de Veja: influências sociais de uma revista de informação*. História Actual On-Line, v. 15, p. 89-105, 2008. p. 89.

⁸⁴VALLE, Maria Ribeiro do. 1968-2008: O *Veja* "Way of Life". *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, São Paulo, v. 35, n. 2, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442012000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2013.

Esse ponto ficou claro quando a revista tentou desqualificar todos os movimentos de contestação capitalista fortemente presentes na década de 1990. Segundo Carla Luciana Silva:

Toda a prática discursiva de *Veja* busca mostrar o mundo capitalista de forma naturalizada, descaracterizando as lutas sociais e apresentando um mundo fictício onde apenas o esforço individual (ou a sorte) apareça como alternativa às dificuldades do mundo “globalizado”. A opção preferencial da revista com relação a tudo que fuja dessa lógica é o simples ocultamento, ou seja, o silêncio sobre o movimento contestatório⁸⁵.

Percebeu-se que *Veja* invalidou qualquer movimento que caminhasse contra a lógica de mercado imposta por ela, mas em nenhum momento defendeu qualquer partido político. Sua intenção foi contribuir para a propagação das vantagens da economia de mercado, mas ocultar qualquer envolvimento político de sua parte. O próprio Roberto Civita, filho de Victor Civita e criador da *Veja*, confirmou isso:

A Abril vem se batendo há 30 ou 40 anos pelo caminho da economia de mercado, da abertura de fronteiras, da globalização da livre iniciativa. O papel da imprensa não é ir trabalhar nos bastidores nem chegar ao ministro X e pressioná-lo; mas, sim, colocar as coisas para o leitor, tentando mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes⁸⁶.

A revista se posicionou diante dos acontecimentos e também acerca da situação que estava analisando, mas sempre utilizando do discurso da neutralidade, expondo como objetivo principal “colocar as coisas para o leitor”.

É importante entender como a *Veja* se construiu ao longo dos anos, sempre construindo o discurso de neutralidade. Não foi preciso apoiar

⁸⁵SILVA, Carla Luciana. *A retórica do “não há Alternativas” como face da luta de classes: Um estudo sobre a Revista Veja nos anos 1990*. Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3aedicao/lr3-3-carla.pdf >. Acesso em 1º de maio de 2014.

⁸⁶CIVITA, Roberto, “*À sombra de uma árvore bem plantada*” (trecho extraído da tese de doutoramento de Maria Celeste Mira... Op. Cit., p. 122)

diretamente um partido político para tomar e defender uma posição ideológica. O jornalismo, como foi visto, dispõe de mecanismos que ocultam o caráter partidário da informação, dando o falso sentido de imparcialidade.

No entanto, nem todas as revistas legitimaram o seu discurso em torno dessa perspectiva, como veremos no capítulo seguinte com a *Carta Capital*.

2.4. PROBLEMÁTICAS ACERCA DA CARTA CAPITAL

A *Carta Capital* foi criada por Mino Carta. Importante ressaltar que antes disso, Carta também foi o responsável por dirigir as equipes de criação da *Quatro Rodas* (1960), *Veja* (1968) e *Jornal da Tarde* (1966). Também foi diretor de redação da *IstoÉ*, além de criar a edição de Esportes do *Jornal de São Paulo* (1964)⁸⁷.

Foi interessante perceber que Carta fez parte da criação da revista que, hoje, é considerada a sua principal antagonista, a *Veja*. Foi um dos editores de 1969 à 1975, e as causas de sua saída tinham relações com divergências políticas entre a Editora Abril e Mino Carta.

De acordo com Maria Celeste Mira, a Editora Abril estava sofrendo pressão do regime militar, pois Mino Carta escrevia matérias críticas acerca do regime. Como foi visto, desde o momento da criação, a revista sempre buscou um viés mais conservador, excluindo qualquer debate político. Mino Carta não seguia o modelo proposto pela revista e, em decorrência disso, a direção da Abril o demitiu em 1975, um ano antes do fim da censura⁸⁸.

Após a demissão, tornou-se colunista da *Folha de São Paulo* entre 1976 e 1977 e entre 1981 e 1982; e apresentou alguns programas de televisão. Somente em 1994 criou a *Carta Capital*.

Ao contrário da *Veja*, que vendeu a si mesma como neutra, a *Carta Capital* colocou a sua imagem como uma revista crítica e “inteligente”, como mostra em uma de suas propagandas⁸⁹. Ao contrário da *Veja*, assumiu-se alinhada à esquerda política. A neutralidade não estava entre os seus meios de divulgação, pois adotou abertamente um ponto de vista político.

⁸⁷S/A. *Mino Carta*. Disponível em: < <http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=10851> >. Acesso em 05 de maio de 2014.

⁸⁸MIRA, Maria Celeste... Op. Cit., p. 122.

⁸⁹S/A. Filme *Carta Capital*. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Vc_wfYxQH1Y >. Acesso em 05 de maio de 2014.

Ao realizar uma comparação entre a *Veja*, *Época*, *Isto É* e a *Carta Capital*, Tarso Cabral Violin colocou todas as revistas como culturalmente fracas e com muitas propagandas, com exceção da última, como apontou no seu texto:

A revista Carta Capital é uma exceção. É a mais barata, com menos propagandas, não tem o poder por trás de grandes impérios da mídia, mas conta com competentes colunistas, como seu editor Mino Carta, Celso Amorim, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marcos Coimbra, Delfim Netto (sim, a revista é pluralista), e o melhor comentarista esportivo do Brasil, o Doutor Sócrates. Ainda é ótima e divertida a seção Blog do Além, e seu setor cultural é o melhor das quatro revistas de forma disparada⁹⁰.

Revista de esquerda e pluralista são denominações frequentes quando se trata da *Carta Capital*. No entanto, seria um equívoco afirmar que esta não sofreu absolutamente nenhuma influência da grande mídia somente por conter essas características. Para publicar suas matérias, a mesma teve que se inserir na lógica de mercado, com patrocínio e colaboradores.

Embora a revista adotasse um alinhamento à esquerda política, ela tinha como uma das colaboradoras a revista britânica *The Economist*, apresentando inclusive os conteúdos exclusivos desta, como mostrado em sua propaganda televisiva⁹¹. Esse ponto sempre gerou bastante controvérsia para a revista de Mino Carta, pois a *The Economist* adotou uma política conservadora, sendo inconcebível para alguns que a revista mantivesse acordo com esta para reproduzir suas matérias.

Segundo Dario Pignotti, em um artigo escrito para a *Carta Maior* (uma das ramificações da *Carta Capital*), a *The Economist* é:

Bem escrita, cuidadosa nos adjetivos que usa, editada com maestria, refinada, mordaz e, sobretudo, anglo-saxã: *The Economist* é um produto de qualidade, muito distinto do às vezes vetusto *The Wall Street Journal*.

⁹⁰VIOLIN, Tarso Cabral. *Uma comparação entre as revistas Veja, Época, Isto é e Carta Capital*. Disponível em: < <http://blogdotarso.com/2011/06/21/uma-comparacao-entre-as-revistas-veja-epoca-istoe-e-carta-capital/> >. Acesso em 05 de maio de 2014.

⁹¹S/A. *Filme Carta Capital*... Op. Cit.

Mas essa fleuma não impede que *The Economist* seja um órgão ideológico e um instrumento político com seu programa e seus objetivos, como qualquer meio de comunicação de porte global. Seu compromisso é impor sua agenda radical no debate econômico e aniquilar todo vestígio do que considera ser populismo estatista⁹².

Dario Pignotti, Correspondente, Doutor em Comunicação e Mestre em Relações Internacionais, expôs uma posição crítica acerca da colaboradora, mostrando uma liberdade maior da *Carta Capital* em aceitar matérias que se posicionassem contra os seus colaboradores. Importante ressaltar que isso não significa que o filtro de informação – aquilo que pode ou não ser publicado – não exista dentro da revista.

Não existe nenhuma revista neutra, mas algumas tentaram vender sua imagem com base nessa premissa. A *Carta Capital*, no entanto, posicionou-se desde o início como “de esquerda”. Ao contrário da *Veja*, *Carta Capital* utilizou de outra lógica para divulgar suas revistas, buscando um público com um viés político específico.

No capítulo posterior analisaremos como esses pontos influenciam em suas matérias, abordando como foco as intervenções estadunidenses no Afeganistão e no Iraque.

⁹²PIGNOTTI, Dário. *A verdadeira agenda e os interesses da The Economist*. Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-verdadeira-agenda-e-os-interesses-da-revista-The-Economist-7/27999> >. Acesso em 05 de maio de 2014.

3. VEJA E CARTA CAPITAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS INTERVENÇÕES ESTADUNIDENSE NO AFGANISTÃO E NO IRAQUE.

3.1. PROBLEMÁTICAS SOBRE A HISTÓRIA DO PRESENTE

Esse capítulo tem como objetivo discutir sobre a História do Presente. Essa forma de análise foi criticada por muitos historiadores⁹³, pois para alguns o objeto de estudo da ciência histórica está atrelada ao passado. Sendo assim, quando um historiador utilizasse a História do Presente como metodologia, poderia correr o risco de cometer equívocos em sua pesquisa.

Um dos problemas apresentados foi o da proximidade, ou seja, um presente de pouca duração. Segundo Jean-Pierre Rioux, nosso presente é doravante uma sucessão de flashes, de delírios partidários e de jogos de espelhos⁹⁴. O historiador está imerso em seu tempo, logo, também está inserido no contexto desses acontecimentos corridos.

Para muitos, o procedimento da História do Presente estava mais análogo às técnicas jornalísticas do que com as da ciência da História, esta que estaria mais próxima do passado. A justificativa é que, para a História do Presente, o futuro ainda estaria incerto, não podendo realizar uma comparação entre causa e consequência. Analisando o passado, esses pontos ficariam mais claros, tornando possível estabelecer um paralelo entre eles.

Em decorrência disso, estipulou-se que a escrita da História do Presente seria responsável por eles, enquanto a do passado pelos historiadores. No entanto, essa afirmação não desconsiderou que, mesmo trabalhando com um período mais próximo, o historiador apresentou uma metodologia diferente dos jornalistas. De acordo com Serge Bernstein e Pierre Milza,

O jornalista (o bom jornalista) esforça-se para reconstruir e explicar a seu leitor a trama dos eventos cotidianos que o assaltam e faz trabalho útil de informação. O historiador tenta restituir a evolução na duração que

⁹³Optamos por não entrar nessa discussão, mas algumas críticas sobre a História do Presente podem ser encontradas no seguinte capítulo: Le Goff, Jacques. *A Visão dos outros: Um medievalista diante do Presente*. In: CHAVEAU AGNES; TÉRTART Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.

⁹⁴RIOUX, Jean-Pierre. *É possível fazer uma História do Presente?* In: CHAVEAU AGNES; TÉRTART Philippe (org.)... Op. Cit., p. 41

permite compreender por que processo chegou-se à situação presente: ele se dedica a descrever as estruturas cujas transformações dão conta da emergência factual de fenômenos cuja gênese se situa sempre a médio ou longo prazo⁹⁵.

Como bem apresentaram os autores, ambos possuem métodos diferentes de análise, mas de semelhante legitimidade.

A História não é somente o estudo do passado, pois o presente pode apontar problemáticas úteis. O passado como ciência não está separado do presente, portanto as nossas experiências cotidianas dão elementos para entender o passado, como afirma Marc Bloch⁹⁶.

Do lado jornalístico, houve uma tendência em criar matérias tendenciosas e sensacionalistas, por ser uma maneira fácil de chamar a atenção de leitores e espectadores desavisados. Em decorrência disso, muitos pesquisadores trataram como fosse uma profissão apressada que construísse fatos juntados, simplificando a informação e inventando fontes para poder tratá-las⁹⁷.

É indiscutível que o jornalismo feito pelos diversos veículos utilizaram como base a polêmica e o sensacionalismo, por isso foi importante analisar para quem e com qual propósito determinado jornalista ou seus meio midiáticos operaram suas informações, como já foi discutido no capítulo anterior.

O trabalho do historiador do presente deve seguir por um caminho oposto a esse. Mais do que apontar a ocorrência, torna-se necessário saber os motivos que levaram àquela situação. Enquanto o jornalista busca informar os espectadores sobre um acontecimento, o historiador deve analisá-lo mais profundamente e entender como aquela situação presente se consolidou.

A pesquisa apresentada nesse trabalho usou da História do Presente para levantar suas problemáticas. Suas fontes são duas revistas que utilizam informações realizadas por jornalistas. Foi fundamental estabelecer como o jornalismo e a História se apropriaram do tempo presente para consolidarem suas análises, pois dialoga com a fonte e as

⁹⁵BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Conclusão*. In: CHAVEAU AGNES; TÉRTART Philippe (org.)... Op. Cit, p. 127.

⁹⁶BLOCH, Marc. *História, os homens e o tempo*. In: Apologia da História: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁹⁷RIoux, Jean Pierre. *Entre história e jornalismo*. In: CHAVEAU AGNES; TÉRTART Philippe (org.)... Op. Cit, p. 121.

problemáticas levantadas, já que a propagação do atentado de 11 de setembro teve uma contribuição forte do jornalismo.

3.2. VEJA E A LEGITIMAÇÃO DAS INTERVENÇÕES ESTADUNIDENSES.

3.2.1. Do ataque à ocupação: setembro de 2001 à dezembro de 2001

Durante esse período, observamos na *Veja* uma quantidade fora do comum de material publicado sobre o 11 de setembro, somando 956 páginas somente entre setembro e outubro⁹⁸. No entanto, muitas dessas matérias são mera repetição de imagens, contendo pouca informação sobre o assunto. Por isso, optamos por destacar somente os trechos que deixaram claro a posição da *Veja* sobre as intervenções.

Logo na edição de 19 de setembro, na “Carta ao leitor”, página 09, a revista *Veja* mostrou claramente a sua posição diante do atentado:

O que realmente incomoda a ponto da exasperação os fundamentalistas, apontados como os principais suspeitos de autoria dos atentados, não é só a arrogância americana ou o apoio ao estado de Israel. O que os radicais não toleram, mais do que tudo, é a modernidade. É a existência de uma sociedade em que os justos podem viver sem ser incomodados e os pobres têm possibilidades reais de atingir a prosperidade com o fruto de seu trabalho⁹⁹.

O estereótipo do Ocidente como um local democrático e do Oriente Médio como uma região de conflitos foi propagada fortemente nesse trecho. *Veja* mostrou seu apoio ao sistema capitalista e aos EUA, colocando o país como um exemplo de justiça e liberdade. Em nenhum momento foram problematizadas outras questões da causa do atentado. As atitudes estadunidenses e a política externa que exerceu sobre os países do Oriente Médio não foram mencionadas pela *Veja*.

Ainda nesta edição, os editores reservaram uma matéria extensa sobre o atentado de 11 de setembro de 2001, intitulada “*A Descoberta*

⁹⁸SILVA, Carla Luciana. *Veja e a cobertura do 11 de setembro*: Legitimação da guerra imperialista. Disponível em: < revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2268/1360 >. Acesso em 04 de junho de 2014.

⁹⁹S/A. *O que incomoda o terror*. Revista *Veja*, ed 1718, n. 37, 19/09/2001. p. 09

da *Vulnerabilidade*”¹⁰⁰. A revista tentou, através da articulação do argumento, se mostrar imparcial diante do ataque, uma característica forte da revista.

Tendo isso em mente, observamos nessa reportagem uma série de trechos que direcionavam para uma posição favorável às intervenções estadunidenses e dos seus aliados no Oriente Médio. Para reforçar essa posição, a revista colocou na matéria pensamentos que convergiam com sua ideologia, utilizando a citação do subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz:

Não se trata apenas de capturar essas pessoas e fazerem com que eles paguem pelo que fizeram ‘É preciso também eliminar os santuários, os sistemas de apoio e acabar com os estados que patrocinam o terrorismo.’¹⁰¹

Ainda nessa mesma matéria, a revista continuou insistindo que o mundo não estava livre de ataques terroristas, pois o fundamentalismo islâmico só respondia contra os valores ocidentais e a globalização. Em nenhum momento a revista mencionou que os ataques foram uma consequência da política externa dos Estados Unidos na região, optaram por não problematizar essas questões para fortalecer sua posição, como fica claro no seguinte trecho:

O universo do fundamentalista é aquele em que se queimam livros, se proíbem filmes e músicas. As mulheres são cobertas de véus e devem submissão ao poder masculino. Os fundamentalistas usam Deus como desculpa para todas as coisas, inclusive as mais terríveis atrocidades, como as cometidas em Nova York e Washington¹⁰².

Esse trecho fortaleceu a necessidade de uma intervenção para combater a tirania que os fundamentalistas exerciam sobre o povo, enaltecendo a visão dos Estados Unidos como um país livre e democrático, e que sua intervenção seria necessária para estabelecer a paz em uma região conturbada.

¹⁰⁰ S/A. *A Descoberta da Vulnerabilidade...* 19/09/2001. p. 48-59.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 49-50

¹⁰² *Ibidem*, p. 58

Veja legitimou essa ideia dissertando em uma matéria sobre a pobreza do Afeganistão. O país é descrito como miserável, e o Islã é considerado uma barreira intransponível para o surgimento de uma sociedade rica, moderna e democrática.¹⁰³ Outras causas que também foram citadas pela revista são a invasão da União Soviética em 1979 e a ascensão do regime Talibã, não deixando de citar Osama bin Laden, ressaltando que o seu destino estava novamente ligado ao Talibã.¹⁰⁴

Bin Laden recebeu destaque da revista em muitos momentos. O treinamento recebido dos Estados Unidos em 1979 é mencionado em *Veja*, mas foi citado como uma atitude plausível “dentro da lógica maniqueísta da Guerra Fria”¹⁰⁵. De maneira contraditória, a revista utilizou do maniqueísmo, colocando Bin Laden como vilão e os Estados Unidos como vítima. No canto de algumas páginas da edição de 19/09/2001 foi citado trechos de ódio que Osama proferiu contra os Estados Unidos: “*Juramos todos os americanos de morte, sem distinção entre civil e militar*”¹⁰⁶; “*Os americanos vão nadar em seu próprio sangue*”¹⁰⁷; “*Humilhamos a América*”¹⁰⁸ e “*Os Estados Unidos são o grande Satã*”¹⁰⁹

Bin Laden foi comparado com Che Guevara, destacando que boa parte dos muçulmanos o considerava um ídolo pelo ataque às torres gêmeas:

Milhões de pessoas ficaram chocadas com as imagens de alguns grupos muçulmanos comemorando os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono. Outro espanto foi verificar que, em diversos países do Oriente Médio e adjacências, Laden é considerado um herói. O Che Guevara do Islã¹¹⁰.

Quando *Veja* remeteu a Bin Laden, quase sempre estava acompanhado de um discurso sensacionalista. As comparações realizadas tornaram-se propositais. Comparar Bin Laden ao Che Guevara fortaleceu a imagem de vilão do mesmo, pois o comunismo era comumente tratado como um regime totalitário e antidemocrático.

¹⁰³S.A. *Os pobres de Alá*. Revista *Veja*, ed 1722, n. 41, 17/10/2001, p. 70.

¹⁰⁴S.A. *Este país está arrasado*. Revista *Veja*, ed 1719, n. 38, 26/09/2001, p. 52-59.

¹⁰⁵S.A. *O inimigo número 1 da América...* 19/09/2001 p. 70.

¹⁰⁶*Ibidem*, p. 69

¹⁰⁷*Ibidem*, p. 71

¹⁰⁸*Idem*.

¹⁰⁹*Ibidem*, p. 72

¹¹⁰S.A. *O Che Guevara do Islã...* 26/09/2001.

O chefe da Al Qaeda também foi comparado a outros personagens pela revista quando esta afirma que o seu interesse era a queda, nos países muçulmanos, de todos os governos pró-ocidentais:

Essas ideias fazem de Osama bin Laden, idealizador e chefe da Al Qaeda, uma personalidade tão delirante quanto o ditador Adolf Hilter ou o ratinho do Cérebro do desenho animado, aquele que acorda todas as manhãs com a obsessão de dominar o mundo¹¹¹.

Bin Laden foi tratado pela revista com uma ameaça perigosa. Em muitos momentos, *Veja* afirma que se ele não fosse capturado, a guerra iria parecer perdida¹¹². A imagem de Bin Laden como vilão ajudou os Estados Unidos a legitimar a intervenção no Afeganistão, e *Veja* contribuiu propagando e defendendo as intenções estadunidenses.

Para *Veja*, a utilização de qualquer mecanismo para combater os terroristas seria válida, até uma *guerra suja e longa*, chegando a ser levantada a hipótese de se utilizar armas atômicas, embora a mesma tenha comentado que a hipótese seria pouco provável.¹¹³

Quando a revista comentou sobre as armas de destruição em massa no Paquistão, aliado dos Estados Unidos, a maior preocupação apresentada foi com a possibilidade do regime do Talibã derrubar governo do país. A posse de armas de destruição em massa para os aliados dos Estados Unidos não foi visto como um problema para *Veja*¹¹⁴.

Para a revista, a Guerra era justa, pois foi um direito à autodefesa. A legitimação da revista para uma operação militar no país ficou ainda mais clara quando esta dividiu os que se opuseram em duas categorias:

No primeiro, alinham-se aqueles que, habituados a uma automática ação antiamericana, não conseguem conceber uma situação na qual a superpotência seja vítima, não perpetradora de um crime (...) O segundo grupo abriga os bem-intencionados e mal informados, os que consideram que toda

¹¹¹S.A. *Os tentáculos de bin Laden*. Revista Veja, ed 1721, n. 40, 10/10/2001. p. 46

¹¹²S.A. *Só falta bin Laden*. Revista Veja, ed 1727, n. 45, 21/11/2001. p. 36.

¹¹³S.A. *A Guerra será suja e longa...* 26/09/2001. p. 44

¹¹⁴S.A. *Ameaça nuclear do Islã*. Revista Veja, ed 1725, n. 44, 07/11/2001. p. 36.

guerra é intrinsecamente má e deve ser combatida a qualquer preço¹¹⁵.

Para *Veja*, a guerra foi necessária. Nenhum questionamento foi realizado sobre as afirmações acima. Elas foram colocadas no texto sem ao menos explicar os argumentos das pessoas que defendiam essas posições, apenas as denominaram de “antiamericana”.

Durante as edições de setembro a dezembro de 2001, *Veja* contribuiu para legitimar a guerra contra o terror, utilizando de um jogo maniqueísta, determinando quem eram o culpado e a vítima, em grande maioria sem levantar nenhuma problemática e discutir os interesses dos Estados Unidos na região. *Veja* se colocou como neutra, no entanto, observamos claramente pela suas matérias o apoio à intervenção estadunidense, um país que esta julga ser justo e democrático.

3.2.2. *Legitimação da Guerra do Iraque: janeiro de 2003 a abril de 2003.*

Ao contrário das edições de 2001, *Veja* atribuiu autoria em algumas matérias, entre esses escritores, estão José Eduardo Barella, Vilma Gryzinsky e Jaime Klintonowicz. Antes de iniciar o objetivo do capítulo, tornou-se necessário uma contextualização dos autores.

Barella é bacharel em jornalismo pela PUC-SP. Trabalhou na *Veja* em 1986 a 1989 como redator da editoria internacional. Voltou novamente para a revista em Janeiro de 2001 a Junho de 2006, nas áreas de Política Internacional e Geral¹¹⁶. Possivelmente escreveu algumas matérias sobre o atentado de 11 de setembro.

Não foram encontradas muitas informações sobre Vilma Gryzinsky e Jaime Klintonowicz, somente que o segundo é editor-chefe da *Veja* desde 1991, oficializando sua saída da revista em 05 de maio de 2014¹¹⁷.

Esses três jornalistas escreveram suas opiniões sobre a Guerra do Iraque em 2003, e a partir delas, observamos quais foram os tipos de posições que *Veja* defendeu. Esse capítulo tem como objetivo analisar como a intervenção estadunidense no Iraque foi divulgada pela revista e como se posicionou diante da mesma.

¹¹⁵S.A. *Quando a guerra é justa*. Revista *Veja*, ed 1720, n. 39, 03/10/2001. p. 65

¹¹⁶S/A. José Eduardo Barella. Disponível em: < <http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=14191> >. Acesso em 19 de junho de 2014.

¹¹⁷S/A. *Jaime Klintonowicz deixa Veja*. Disponível em: < <http://www.portaldosjornalistas.com.br/noticias-conteudo.aspx?id=2535> >. Acesso em 19 de junho de 2014

Inicialmente, *Veja* não realizou o mesmo discurso de 2001 para legitimar a guerra do Iraque. Apontou para os problemas que esta poderia causar à economia estadunidense e lembrou que havia pouco apoio dos outros países sobre uma intervenção na região¹¹⁸. No entanto, ainda assim se observou o discurso pró-estadunidense caso a guerra acontecesse:

A certeza da vitória é tão inabalável que o pós-guerra também está traçado. O atual presidente vai fazer o que o pai evitou em 1991: assumir a responsabilidade por derrubar Saddam, governar o país durante um período interino e evitar que os iraquianos se esfaçalhem ou partilhem o país¹¹⁹.

Percebeu-se no trecho que *Veja* foi favorável à intervenção no Iraque, destacando que os iraquianos seriam incapazes de manter a paz no país caso os Estados Unidos não governassem o país do Oriente Médio por um determinado período.

Para destacar esse pensamento, *Veja* ainda comenta:

As imensas reservas de petróleo serão um maná para as empresas americanas do ramo e, suspenso o embargo, para a própria recuperação do Iraque. Imagine um Iraque livre das atrocidades de Saddam, produzindo plenamente e com um projeto democrático. Parece bom demais para ser verdade. Mas é um sinal de esperança no momento em que o país se prepara para ver, de novo, mais morte e destruição¹²⁰.

Nesse trecho, ficou claro que a revista defendeu uma intervenção que atingisse os interesses estadunidenses. Para *Veja*, somente os Estados Unidos poderiam levar a democracia para o Iraque. Uma guerra se tornaria legítima, mesmo com morte e destruição, desde que seguisse os interesses do governo estadunidense.

No entanto, a opinião sobre o assunto oscilou entre as matérias. Diferente da intervenção do Afeganistão, que não somente foi favorável

¹¹⁸S/A. *Tudo pronto para a Guerra*. Revista *Veja*, ed 1786, n. 3, 22/01/2003. p. 73-77

¹¹⁹Ibidem, p. 77

¹²⁰Idem.

como a legitimou, *Veja* questionou as atitudes de George W. Bush diante da situação, muitas vezes o chamando de vilão da vez, que desejava uma guerra a qualquer custo¹²¹.

Mesmo questionando algumas atitudes de Bush, *Veja* se utilizou de mecanismos para defender as ações estadunidenses. A mídia usa expressões e eufemismos para suavizar ou condenar posições, e em *Veja* não foi diferente. Quando se referem a Saddam Hussein, apareceram expressões que denegriam a imagem dele, como por exemplo, “o ditador iraquiano”. Porém, quando tratavam de Bush, as expressões utilizadas são “o governo americano”, ou “os guerreiros de Washington”¹²².

Para fortalecer essa opinião de Saddam, a revista reservou uma matéria extensa explicando como um “ditador” se manteve no poder após provocar duas guerras¹²³. O número de vezes que apareceu a palavra “ditador” é fora do comum. Observou-se atentamente que *Veja* tentou destacar a imagem de um Iraque sendo governado por um ditador, por meio de expressões fortes:

O ditador governa o país como se fosse um chefe tribal. Valores como patriarcalismo, a truculência e a devoção à família foram decisivos em sua formação¹²⁴.

Quando a revista mencionou Bush ou as tropas americanas, as expressões mudam de significado. Assim como a grande maioria das mídias conservadoras, *Veja* apostava em uma vitória rápida e benéfica para a população iraquiana, destacando inclusive a 101ª Divisão aerotransportadora, mencionando que esta estava presente em todas as campanhas militares dos Estados Unidos:

(...) é possível que em poucos dias os soldados da 101ª estejam em Bagdá, com Saddam Hussein morto ou desaparecido, seu regime desmanchado e multidões de iraquianos saudando os libertadores¹²⁵.

Nesse trecho, *Veja* destacou o exército dos Estados Unidos como forte e libertador, apostando em uma vitória rápida caso ocorresse uma

¹²¹S/A. *A Arma supersecreta*. Revista *Veja*, ed 1787, n. 4, 29/01/2003. p. 62-64

¹²²S/A. *Bush está em guerra*. Revista *Veja*, ed 1788, n. 5, 05/02/2003. 05/02/2003. p. 63.

¹²³BARELLA, José Eduardo. *O califado do medo...* 05/02/2003. p. 66-73.

¹²⁴Ibidem, p. 70

¹²⁵BARELLA, José Eduardo. *Bush diz que o jogo acabou*. Revista *Veja*, ed 1789, n. 6, 12/02/2003. p. 46

guerra contra o Iraque. Mesmo em alguns momentos afirmando que a guerra poderia causar mais problemas do que benefícios, *Veja* não deixou de colocar os Estados Unidos como um país justo e democrático. Quando questionava alguma ação do país, os termos usados procuravam diminuir a culpabilidade do governo estadunidense:

Seria o cúmulo da ironia se a Guerra ao Iraque, feita em última instância para combater o terror fundamentalista, abrisse caminho a uma vitória dos fanáticos do turbante nas urnas¹²⁶.

Ainda que fosse questionável uma intervenção no país, *Veja* reduziu os interesses dos Estados Unidos na região. Para ela, os Estados Unidos não estavam interessados no petróleo, pois o país não precisava deles¹²⁷. Para a revista, a intervenção era duvidosa, mas as intenções estadunidenses eram boas, pois desejava levar a democracia para o Iraque.

No entanto, quando ocorreu a invasão, a guerra não parecia viável até para a revista com um pensamento neoliberal. A revista não se posicionou contra a deposição de Hussein, mas questionou os motivos da escolha de Bush:

Há várias razões certas para investir na derrubada da ditadura de Saddam Hussein, no Iraque. O presidente americano George W. Bush escolheu a errada: ele resolveu fazer uma guerra contra um país inteiro, o Iraque, sob o pretexto de estar conduzindo uma cruzada do bem contra o mal, da democracia contra a ditadura, de Deus contra Satã¹²⁸.

Mesmo para uma revista conservadora, a intervenção do Iraque não apresentava ser uma boa opção. Ainda que legitimasse a “democracia” estadunidense, ainda que reduzisse as críticas a Saddam Hussein apenas como ditador, *Veja* não apostava que uma intervenção seria benéfica.

No entanto, *Veja* continuou diminuindo os erros dos Estados Unidos. Quando a guerra mostrou não ser tão curta como o governo de

¹²⁶S/A. *Sem título*. Revista *Veja*, ed 1792, n. 9, 12/02/2003, p. 55.

¹²⁷GRIZINSKY, Vilma. *Quem é o inimigo?* Revista *Veja*, ed. 1791, n. 8, 26/02/2014. p. 42.

¹²⁸S/A. *Potência isolada*. Revista *Veja*, ed. 1794, n.11, 19/03/2003, p. 46

Washington pensava, a revista colocou uma matriz negativa na reação iraquiana ao ataque:

O novo cenário é ainda mais sombrio: o conflito pode se prolongar por meses. Nessa situação, é inevitável que morra um número maior de soldados civis que o previsto numa guerra de curta duração, de uma ou duas semanas. Com o habitual exagero retórico dos políticos árabes ameaçam os Estados Unidos com uma carnificina nos moldes do conflito entre Iraque e o Irã, que deixou 1 milhão de mortos nos anos 80¹²⁹.

A reação dos iraquianos à intervenção dos Estados Unidos foi colocada como exagerada e retórica pela *Veja*, não a considerando como uma resposta pela presença do país na região, mesmo com provas frágeis apresentadas pelo governo estadunidense para a invasão.

Para *Veja*, a vitória das tropas estadunidenses era uma questão de tempo, e a revista insistia em destacar a intenção dos Estados Unidos de reconstruir o país após a derrota de Saddam Hussein, levando a democracia para uma região atrasada, como aponta no trecho:

Uma democracia para valer em Bagdá teria o impacto de uma revolução no Oriente Médio. O que se tem por lá são partidos únicos, monarquias feudais e sombrios regimes islâmicos¹³⁰.

Percebeu-se que a revista, mesmo apontando alguns equívocos sobre a Guerra do Iraque, ainda defendia as intenções dos Estados Unidos, muitas vezes suavizando os equívocos cometidos pelo país ou afirmando que “era por uma boa causa”. Os questionamentos pesados foram para o exército e as atitudes do Iraque, e as mais leves para o governo estadunidense.

Diferente de 2001, que *Veja* defendeu diretamente uma intervenção no Afeganistão, em 2003 a revista tomou certos cuidados com as expressões utilizadas para não expor a sua posição com convicção. A conjuntura da Guerra era outra. Enquanto em 2001 os Estados Unidos poderiam utilizar o 11 de setembro para legitimar suas ações, em 2003

¹²⁹Klintonowicz, Jaime. *Rumo a Bagdá*. Revista *Veja*, ed. 1796, n.13, 02/04/2003. p. 44

¹³⁰Klintonowicz, Jaime. *Guerreiros de capacetes furados*. Revista *Veja*, ed. 1797, n.14, 09/04/2003. p. 44

as atitudes dos Estados Unidos eram questionáveis, e as acusações ao governo iraquiano eram muito frágeis, sendo assim, a revista não poderia tomar a mesma estratégia utilizada anteriormente para legitimar uma ação estadunidense.

3.3. CARTA CAPITAL: UM POSICIONAMENTO CRÍTICO.

3.3.1. *Carta Capital e as novas alternativas diante do atentado: setembro de 2001 à novembro de 2001.*

A *Carta Capital* dissertou sobre o atentado de 11 de setembro de maneira contestatória, questionando as ações tomadas por George W. Bush. Mostrou-se desde o início contra uma intervenção na região, afirmando que ela não seria uma guerra contra o terrorismo, mas sim um mecanismo utilizado para os Estados Unidos defender seus próprios interesses.

A autoria de algumas matérias são atribuídas a Andrew Rawnsley, e James Buchan, ambos colunistas da *The Observer*¹³¹. Normalmente, suas matérias foram politicamente atribuídas como de esquerda, revelando como funcionava o filtro da editora da revista.

Inicialmente, *Carta Capital* utilizou o argumento de Victor – conhecido como o Profeta, segundo a mesma – para afirmar o desconhecimento dos Estados Unidos sobre a política no Oriente Médio:

Essa – disse Victor, que está concluindo o Ph.D. sobre política no Oriente Médio – não é uma guerra contra o terrorismo, mas uma luta extrema contra extremista. A verdade é que o governo americano não entende o mundo árabe, é preciso lidar com as causas do terrorismo com diálogo, não com armas¹³².

Carta Capital levantou uma nova alternativa para o conflito, mostrando uma posição contrária à intervenção; preferindo um maior aprofundamento sobre a questão, tentando não reduzir a uma realidade maniqueísta, em que só um lado pode ter virtudes e razões¹³³. Além

¹³¹S/A. Andrew Rawnsley profile. Disponível em: < <http://www.theguardian.com/global/2007/apr/04/andrew.rawnsley> >. Acesso em 17 de junho de 2014.. e S/A. James Buchan. Disponível em : < <http://www.theguardian.com/profile/jamesbuchan> >. Acesso em 17 de junho de 2014.

¹³²S.A. *A hora do espanto*. Carta Capital, ano VIII, n. 159, 26/09/2001. p. 22.

¹³³S.A. *Inteligência sob ataque...* 26/09/2001. p. 36

disso, algumas semanas após os atentados, os responsáveis pelo ataque não estavam claros, havia cerca de 50 terroristas e mais umas 50 mil pessoas que apoiavam às redes de terroristas¹³⁴.

Outro ponto que a revista ressaltou é a consequência da política externa dos Estados Unidos para o acontecimento. Carta Capital realçou que o atentado foi resultado de uma política fundamentalista do Talibã, mas também lembrou que o governo estadunidense ajudou a criar os terroristas, como se observou no seguinte trecho:

The Economist a insuspeita bíblia do liberalismo, também assinalou que se trata da “colheita amarga”, de algo que Washington ajudou a plantar, além de criticar explicitamente a fuga de George W. Bush para seus bunkers durante os piores momentos de crise¹³⁵.

Apesar da *The Economist* ser uma colaboradora, *Carta Capital* não deixou de intitulá-la como *bíblia do liberalismo*. Isso mostrou uma pluralidade maior por parte da revista, mas também que ela está atrelada ao mercado, mesmo que critique o regime liberal. A existência de órgãos colaboradores tornou-se necessário para a sobrevivência das revistas, como foi dito anteriormente.

A Carta Capital apresentou críticas a outros meios midiáticos conservadores, em especial, a revista *Veja*, questionando sua posição quando esta afirmou que o periódico “se limitou a condenar o ataque “à democracia ou ao livre mercado”¹³⁶. Em outra personagem, a revista voltou a questionar a ação da *Veja*, mas dessa vez sob a autoria de Mino Carta:

Não é por acaso que o Brasil é tido como parte do quintal dos Estados Unidos. A *Veja*, sempre ela, avisa, com sabedoria maquiavélica, que o Tio Sam não é culpado se somos resignados e competentes¹³⁷.

O trecho mostrou grande hostilidade em relação a *Veja*, considerada a principal antagonista da *Carta Capital*. Mesmo tendo

¹³⁴S.A. *A hora do espanto...* 26/09/2001. p. 23

¹³⁵S.A. *Inteligência sob ataque...* 26/09/2001. p. 36.

¹³⁶Idem, p. 36.

¹³⁷CARTA, Mino. *Ódio aos EUA? Só espírito crítico*. Carta Capital, ano VIII, n. 159, 10/10/2001. p. 22

como colaboradora uma revista conservadora, a revista não foi impossibilitada de questionar a posição liberal tomada por alguns meios midiáticos.

Importante mencionar também que a *The Economist* não foi a única colaboradora da *Carta Capital*, teve também a *The Observer*, um meio midiático que se denominou ideologicamente como de esquerda. Sobre o atentado de 11 de setembro, a *Carta Capital* publicou uma matéria da colaboradora, escrito por Andrew Rawnsley, que questionou uma ação militar, denominando-a “vozes reacionárias”.¹³⁸

Rawnsley também questionou a lógica do livre mercado. Para ele, o atentado poderia ter sido evitado se as companhias aéreas tivessem investido em medidas de segurança sem pensar no lucro. Após o atentado, foram obrigados a recorrer ao governo para conseguir dinheiro para implementá-las. De acordo com o autor:

A ironia é dupla. Intervenção estatal, controle de preços e subsídios, palavras antes condenadas pelo livre mercado, agora estão na moda. E a moda é ditada por um presidente americano que foi eleito prometendo um governo menor e gastos mais baixos.¹³⁹

Ainda pela mesma colaboradora, é importante destacar também uma matéria escrita por James Buchan para falar de Bin Laden¹⁴⁰.

A matéria da *The Observer* contou brevemente sobre a vida de Bin Laden: seu nascimento, a saída da Arábia Saudita, o envolvimento na Guerra do Afeganistão de 1979, a formação da Al Qaeda, entre outros aspectos. Ela não apresentou a intenção de demonizar Bin Laden e, ao contrário da maioria da mídia conservadora, não acreditou que o chefe da Al Qaeda apresentasse uma ameaça mundial:

Osama bin Laden e os terroristas suicidas são reconhecidos em toda parte, exceto nos distritos mais desesperados de Gaza e Peshawar, como românticos com poucas chances de conseguir mais do que vitórias simbólicas, não importa quão sanguinolenta ou brutais. Isso dá ao Oriente Médio e ao

¹³⁸RAWNSLEY, Andrew. Saída pela esquerda... 10/10/2001. p. 48-49.

¹³⁹Ibidem, p. 49.

¹⁴⁰BUCHAN, James. *A mente do terrorista...* 26/09:2001. p. 48-49

Ocidente uma pequena esperança de segurança.¹⁴¹

Mino Carta também lembrou, na edição de 21 de novembro, a relação anterior entre os Estados Unidos e Bin Laden. Em 1979, era considerado um aliado do país, e durante o ano de 2001 demonstraram arrependimento por tal ação¹⁴².

Para Carta Capital, as atitudes de Bin Laden eram questionáveis, mas não era movido somente pelo ódio. Ao contrário da *Veja*, a *Carta Capital* apresentou um aprofundamento melhor sobre o assunto, não aderindo uma posição maniqueísta. O atentado foi chocante, no entanto, mais do que elencar culpados, para a revista, tornou-se mais importante analisar as causas que levaram a tal episódio.

Diante das análises feitas, podemos observar que a *Carta Capital* se posicionou contrária à intervenção no Afeganistão, concluindo que o diálogo e um debate sobre o acontecimento seriam mais eficientes do que a política de “guerra contra o terror”, pois o inimigo ainda estaria “invisível e mal definido”¹⁴³.

3.2.2 *A Guerra do Iraque e uma nova proposta contra a lógica da invasão: Janeiro de 2003 a abril de 2003.*

Ao contrário da *Veja*, *Carta Capital* acreditou que o Ocidente havia fracassado. Nos primeiros momentos, em uma guerra que parecia iminente, a revista questionou intensamente o pensamento liberal, afirmando que o ataque ao Iraque seria apenas mais um episódio da trajetória unipolar¹⁴⁴. Para *Carta Capital* uma guerra contra o Iraque mostraria o retrocesso do regime liberal:

O século XXI nasce com uma suspeita de que as coisas podem andar para trás, que o progresso individual e coletivo não é uma fatalidade. Esse sentimento é cada vez mais intenso, sobretudo entre os países e as classes que sonharam algum dia com a afluência prometida no curto período pós-guerra, quando o capitalismo parecia civilizado¹⁴⁵.

¹⁴¹Ibidem, p. 49.

¹⁴²CARTA, Mino. Carta Capital, ano VIII, n. 166, 21/11/2001, p. 20

¹⁴³CARTA, Mino. *É Vantagem aderir a guerra?* Carta Capital, ano VIII, n. 165, 14/11/2001, p. 26.

¹⁴⁴BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Nostalgia do futuro*. Carta Capital, ano VIII, n. 222, 07/01/2003, p. 38.

¹⁴⁵Ibidem, p. 41

Enquanto *Veja* se definia como neutra, ocultando por meio de expressões e eufemismos uma posição neoliberal, *Carta Capital* deixou claro seu viés político, mostrando posições críticas ao mercado e as consequências que o sistema poderia causar ao Iraque.

Para *Carta Capital* o único interesse para uma intervenção dos Estados Unidos no Iraque seria o lucro, pois o país possuía petróleo e outras riquezas naturais a serem saqueadas¹⁴⁶. Para a revista, os motivos não justificavam uma guerra, e ainda questionou que o Iraque já foi um aliado do governo de Washington:

[Os Estados Unidos] Alega que o país [o Iraque] é governado por um tirano sanguinário – e é verdade, mas o fato não foi considerado relevante enquanto Saddam Hussein serviu os interesses norte-americanos. Que continua a pesquisar “armas de destruição em massa” químicas e biológicas – o que talvez seja verdade, mas não foi provado. E que é uma ameaça aos EUA, o que é um evidente absurdo¹⁴⁷.

Para *Carta Capital*, os Estados Unidos estavam dispostos a fazer o que fosse preciso para legitimar uma intervenção no Iraque, inclusive desrespeitar as Nações Unidas e a precária ordem mundial¹⁴⁸. Importante lembrar que, inicialmente, a ONU não apoiou uma Guerra no Iraque, assim como outras potências europeias, França e a Alemanha, por exemplo. A única potência que se mostrou favorável a uma intervenção no Iraque, junto com os Estados Unidos, foi o Reino Unido.

No entanto, para a revista, a oposição desses países não era por idealismo ou pacifismo, nem para defender os interesses de países periféricos. Nenhuma delas queria que o governo estadunidense ditasse unilateralmente o mapa político do Oriente Médio, e também estava em jogo o petróleo do Iraque. Segundo *Carta Capital*, se não fosse pelo petróleo, as potências europeias dificilmente assumiriam o risco de se opor a uma intervenção¹⁴⁹.

Ainda sobre a posição das outras potências diante de uma possível guerra contra o Iraque, *Carta Capital* ainda comenta:

¹⁴⁶COSTA, Antônio Luiz M. C. *Guerra, só com lucro*. Carta Capital, ano IX, n. 224, 07/01/2003. p. 40-42.

¹⁴⁷Ibidem, p. 40.

¹⁴⁸Antônio Luiz M. C. Costa. *A nova desordem mundial*. Carta Capital, ano IX, n. 228, 19/02/2003.

¹⁴⁹Ibidem, p. 42.

(...) todos temem o risco de um de ataque que possa ser tomado como prelúdio da “guerra de civilizações” sonhada por líderes como Bush, Berlusconi e Bin Laden e esperam que sua neutralidade lhes dê credibilidade junto aos demais países árabes e muçulmanos¹⁵⁰.

A revista mostrou uma posição contrária a uma intervenção, não poupando questionamentos sobre as intenções dos Estados Unidos. Para *Carta Capital*, os Estados Unidos não estavam querendo levar a paz ao Oriente Médio. O governo estadunidense queria mais do que depor o ditador Saddam Hussein, de acordo com o julgamento da revista, mas também defender os seus próprios interesses políticos e econômicos.

Quando Bush anunciou a guerra, os questionamentos da revista se tornaram ainda mais incisivos.

Para *Carta Capital*, a guerra se tornou um espetáculo. Quando Bush anunciou na televisão a guerra do Iraque, a revista tratou isso como um jogo de marketing para ocultar pontos que seriam chocantes para a população, como mostra no seguinte trecho:

Estamos na platéia de uma guerra, e não de um espetáculo, em que a destruição e a morte, dos inocentes, inclusive, e sobretudo, são absolutamente reais, pertencem a verdade factual. O objetivo da manipulação é evidente. Cuida-se, como hábito, de confundir o público, de embrutecer as consequências¹⁵¹.

Diferente de sua antagonista, *Carta Capital* não concordou que os Estados Unidos tinham o interesse de instaurar uma democracia e manter a paz no Oriente Médio com uma intervenção. Para a revista, a questão era outra:

Trata-se é de invasão, sem o aval das organizações internacionais e contra a vontade das nações. O *raís* é ditador feroz, no entanto, nada há de democrático na ação de Bush e Cia. E nem as palmeiras imperiais do Jardim Botânico hão de se comover com a retórica da

¹⁵⁰Idem.

¹⁵¹CARTA, Mino. *A história é trágica, mas patética*. Carta Capital, ano IX, n. 233, 26/03/2003. p. 16

“guerra da libertação” Libertação de quem?
Do povo iraquiano ou dos poços de
petróleo^{152?}

Com as interrogações no final do trecho, ficou clara a descrença da revista de que o governo estadunidense libertaria o povo iraquiano. *Carta Capital* não ofuscou o seu desgosto pela maneira como os Estados Unidos conduziram o episódio, afirmando que o país mostrou-se tão competente para destruir quanto inapto para reconstruir¹⁵³.

Percebemos na revista uma posição contrária a *Veja*. Ainda que, em alguns momentos, *Veja* questionasse algumas ações da intervenção no Iraque, em nenhum momento se mostrou contrária ao modelo estadunidense de organizar o mundo. Para ela, os Estados Unidos sempre foi um país democrático que defendia os belos valores ocidentais, enquanto o Oriente Médio era uma região atrasada.

Carta Capital não só se mostrou contrária, como também discordou da benevolência dos Estados Unidos. A revista expôs claramente, tanto em 2001 quanto em 2003, sua crítica ao liberalismo, não se denominando como neutra em nenhum momento, optando sempre por alternativas diferentes.

¹⁵²Ibidem, p. 17

¹⁵³COSTA, Antônio Luiz M. C. *De babel à barbárie*. Carta Capital, ano IX, n. 237, 26/04/2003. p. 56

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a escrita desse trabalho, buscamos traçar um panorama sobre a região do Oriente Médio, utilizando de bibliografia detalhada para quebrar determinados estereótipos sobre a região. Julgamos de suma importância esclarecer e discutir sobre essas questões, pois muitas vezes nos deparamos com pensamentos e análises conservadoras sobre o assunto.

Os veículos midiáticos ajudam a formar a visão de uma sociedade muçulmana como atrasada e conturbada. Muitas dessas divulgações são resultados de pouco aprofundamento sobre o islamismo e tudo que toca sua política, cultura e economia. Porém, também pode ser uma tentativa de manipulação, como podemos observar na atitude da revista *Veja* ao comparar Bin Laden ao Hitler, ou ao Cérebro, do *Pink e o Cérebro*.

Para explicar isso, propomos uma análise bibliográfica sobre como os meios midiáticos agem na sociedade e como eles se instituíram como empresas. Destacamos com grande veemência que um determinado jornal ou revista, por exemplo, responde a interesses de terceiros que as administram, determinando quais serão os seus editores, colunistas e patrocinadores.

Focamo-nos em analisar duas revistas para responder essas questões: *Veja* e *Carta Capital*. A escolha das fontes foi proposital, como foi dito na introdução. Julgamos que o trabalho não seria uma contribuição relevante caso analisássemos somente uma delas. Essas revistas possuem um posicionamento distinto. Não adiantaria analisar somente uma delas, sem verificar como sua antagônica travava o assunto.

Outro motivo seria que, nos meios acadêmicos, já há uma bibliografia vasta utilizando a *Veja* como fonte. Se optássemos por analisar somente ela, poderíamos correr o risco de não contribuir muito para a análise, pois a revista já foi discutida por muitos com grande maestria. Ao optar por incluir a *Carta Capital* nessa pesquisa, com certeza daremos uma contribuição melhor para o estudo de mídias, pois não há muita bibliografia sobre a mesma.

No entanto, acreditamos que é importante apontar uma dificuldade de se analisar a *Carta Capital*: ao contrário da *Veja*, que disponibiliza todo suas edições em um acervo digital, a *Carta Capital* ainda não tomou essa iniciativa. Todos os conteúdos analisados nesse trabalho estão disponíveis na Biblioteca Pública de Florianópolis, e infelizmente

não estão completos. Dependendo do recorte que o pesquisador tomar, a fonte não estará completa.

Felizmente, as edições disponíveis no acervo ajudaram a responder a nossa problemática, e observamos uma diferença considerável entre as análises da *Veja* e da *Carta Capital*.

Observamos claramente uma postura neoliberal e uma defesa das políticas estadunidenses em *Veja*. Dentre os principais elementos amplamente divulgados sobre o assunto observamos nessa revista: considerar o Oriente Médio como uma região atrasada, reduzir o atentado de 11 de setembro a uma expressão de ódio à cultura ocidental, sem analisar determinadas conjunturas que contribuíram para o episódio, e atribuir os problemas da região somente ao fundamentalismo islâmico.

Pouca coisa mudou quando analisamos a sua visão na intervenção no Iraque. *Veja* também legitimou a guerra, mas se utilizou de expressões e eufemismos para as atitudes dos Estados Unidos. Alguns momentos surgiram críticas às atitudes de Bush, mas muitas vezes eram ofuscados por uma crítica extremamente pesada a Saddam Hussein.

Seguindo por outro viés, *Carta Capital* questionou desde o princípio as intervenções dos Estados Unidos, tanto no Afeganistão quanto no Iraque. Em suas matérias apareceram críticas pesadas às atitudes dos Estados Unidos. Embora não considerassem justificáveis as atitudes de Bin Laden, como também concordava que Hussein governava o Iraque de forma equivocada, questionou com grande ênfase as atitudes estadunidenses nos dois países. Para a revista, o governo de Washington destoava das práticas democráticas.

Percebemos que ambas defendiam viés políticos distintos. No entanto, enquanto a *Carta Capital* se identificava como de esquerda, *Veja* ocultava suas características neoliberais quando se intitulou como uma revista neutra.

Lembramos que o posicionamento político da *Carta Capital* foi definido por ela mesma. Essa denominação pode ser questionável, mesmo a *Carta Capital* mostrando posições críticas às intervenções estadunidenses. O termo “esquerda” pode apresentar diversos significados, e optamos por não entrar nesse debate. Tomamos o cuidado de utilizar esse termo somente quando se referia à definição da própria revista ou de seus colaboradores.

Por fim, procuramos esclarecer sobre a ausência de neutralidade das revistas. Nenhuma revista pode ser considerada neutra, mesmo que a mesma se identifique como tal. O responsável por fazer a matéria, antes de ser um jornalista, é um observador, e concluímos que não existe

observador neutro. Todas as opiniões sempre estarão carregadas de ideologias e opiniões enraizadas.

Procuramos esclarecer essas questões utilizando dois países do Oriente Médio como objetos de análises. Procuramos com as reflexões apresentadas nessa pesquisa esclarecer pontos importantes sobre mídia e também sobre o Oriente Médio. Esperamos que esse trabalho consiga contribuir para futuros estudos sobre o Oriente Médio com o intuito de desconstruir estereótipos.

REFERÊNCIAS

Fontes

Veja

BARELLA, José Eduardo. *O califado do medo*. Revista Veja, ed 1788, n. 3, 05/02/2003.

GRIZINSKY, Vilma. *Quem é o inimigo?* Revista Veja, ed. 1791, n. 8, 26/02/2014.

KLINTOWITZ, Jaime. *Guerreiros de capacetes furados*. Revista Veja, ed. 1797, n.14, 09/04/2003.

_____. *Rumo a Bagdá*. Revista Veja, ed. 1796, n.13, 02/04/2003.

S/A. *A Arma supersecreta*. Revista Veja, ed 1787, n. 3, 29/01/2003.

S/A. *A Descoberta da Vulnerabilidade*. Revista Veja, ed 1718, n. 37, 19/09/2001.

S.A. *A Guerra será suja e longa*. Revista Veja, ed 1719, n. 38, 26/09/2001.

S.A. *Ameaça nuclear do Islã*. Revista Veja, ed 1725, n. 44, 07/11/2001.

S/A. *Bush está em guerra*. Revista Veja, ed 1788, n. 3, 05/02/2003.

S/A. *O inimigo número 1 da América*. Revista Veja, ed 1718, n. 38, 26/09/2001.

S/A. *O que incomoda o terror*. Revista Veja, ed 1718, n. 37, 19/09/2001.

S.A. *Os pobres de Alá*. Revista Veja, ed 1722, n. 41, 17/10/2001.

S.A. *Os tentáculos de bin Laden*. Revista Veja, ed 1721, n. 40, 10/10/2001.

S/A. *Potência isolada*. Revista Veja, ed. 1794, n.11, 19/03/2003.

S.A. *Quando a guerra é justa*. Revista Veja, ed 1720, n. 39, 03/10/2001

S/A. *Sem título*. Revista Veja, ed 1792, n. 9, 12/02/2003.

S.A. *Só falta bin Laden*. Revista Veja, ed 1727, n. 45, 21/11/2001.

S/A. *Tudo pronto para a Guerra*. Revista Veja, ed 1786, n. 3, 22/01/2003.

Carta Capital

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Nostalgia do futuro*. Carta Capital, ano VIII, n. 222, 07/01/2003.

BUCHAN, James. *A mente do terrorista*. Carta Capital, ano IX, n. 222, 26/09/2001.

CARTA, Mino. *É Vantagem aderir a guerra?* Carta Capital, ano VIII, n. 169, 14/11/2001.

_____. *Ódio aos EUA? Só espírito crítico*. Carta Capital, ano VIII, n. 159, 10/10/2001.

_____. *A história é trágica, mas patética*. Carta Capital, ano IX, n. 233, 26/03/2003.

COSTA, Antônio Luiz M. C. *A nova desordem mundial*. Carta Capital, ano IX, n. 228, 19/02/2003.

_____. *De babel à barbárie*. Carta Capital, ano IX, n. 237, 26/04/2003.

_____. *Guerra, só com lucro*. Carta Capital, ano IX, n. 224, 07/01/2003.

RAWNSLEY, Andrew. *Saída pela esquerda*. Carta Capital, ano VIII, n. 169, 10/10/2001.

S.A. *A hora do espanto*. Carta Capital, ano VIII, n. 159, 26/09/2001.

S.A. *Inteligência sob ataque*. Carta Capital, ano VIII, n. 159, 26/09/2001.

Livro e capítulos de livros

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAVEAU AGNES; TÉRTART Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.

CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FISK, Robert. *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

HOBSBAWN, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. *O que deu errado no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bazanezi. (Org). *Fontes Históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

_____. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SAID, Edward W. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Oriente médio e Afeganistão: Século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *O Oriente Médio*. Curitiba: Juruá, 2011.

Artigos em revistas

BAPTISTA, Iria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. História das revistas no Brasil: Um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*. Tubarão, ed 004, p. 1-21, julho, 2010.

MELO, Felipe Reis. Mídia como instrumento de controle social. UNIREVISTA (UNISINOS. Online), v. 1, p. 1-9, 2006.

SILVA, Carla Luciana. *O admirável mundo de Veja: influências sociais de uma revista de informação*. História Actual On-Line, v. 15, p. 89-105, 2008.

_____. *Veja e a cobertura do 11 de setembro: A legitimação da guerra imperialista*. Projeto História, jan/jun, v. 30, 2005. p. 301-326.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968-2008: O Veja "Way of Life". *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, São Paulo, v. 35, n. 2, Dec. 2012.

Teses e Dissertações

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: O caso da editora Abril*. 1997. 359 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1997.

DA SILVA, Carla Luciana Souza. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. 652f. Tese (Doutorado em História) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/ UNIOESTE, Niterói, 2005.

Internet

CHOMSKY, Noam. *It's Imperialism, Stupid*. Disponível em: < <http://www.chomsky.info/articles/20050704.htm> >. Acesso em 24 de julho de 2014.

Fisk, Robert. “*El hombre culpable solo es feliz si recibe su castigo*”. Disponível em: < http://elpais.com/diario/2001/09/16/internacional/1000591211_850215.html >. Acesso em 28 de maio de 2014.

PIGNOTTI, Dário. *A verdadeira agenda e os interesses da The Economist*. Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-verdadeira-agenda-e-os-interesses-da-revista-The-Economist-/7/27999> >. Acesso em 05 de maio de 2014.

RESENDE, Erica Simone A. *A Doutrina Bush Revista: o segundo tempo de uma mesma partida*. Disponível em: < <http://biblat.unam.mx/pt/revista/cena-internacional/articulo/a-doutrina-bush-revista-o-segundo-tempo-de-uma-mesma-partida> >. Acesso em 14 de junho de 2014.

S/A. *Filme Carta Capital*. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Vc_wfYxQH1Y >. Acesso em 05 de maio de 2014.

S/A. *Hoje na História: 1989 – Tropas soviéticas abandonam oficialmente o Afeganistão*. Disponível em: < <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/27183/hoje+na+historia+1989+-+tropas+sovieticas+abandonam+oficialmente+afeganistao.shtml> >. Acesso em 27 de abril de 2014.

S/A. *José Eduardo Barella*. Disponível em < <http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=14191> >. Acesso em 19/06/2014.

S/A. *Mino Carta*. Disponível em: < <http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=10851> >. Acesso em 05 de maio de 2014.

SILVA, Carla Luciana. *A retórica do “não há Alternativas” como face da luta de classes: Um estudo sobre a Revista Veja nos anos 1990.* Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3aedicao/lr3-3-carla.pdf >. Acesso em 1º de maio de 2014.

_____. *A Revista Veja e o governo Itamar Franco.* Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/carla.pdf >. Acesso em 1º de maio de 2014.

_____. *Estudando a imprensa para produzir história.* Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/.../carlalucianasilva.pdf >. Acesso em 30 de abril de 2014.

SIMON, FYONA. *Análise: A Aliança do Norte no Afeganistão.* Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010924_aliancanorte.shtml >. Acesso em 27 de junho de 2014.

VIOLIN, Tarso Cabral. *Uma comparação entre as revistas Veja, Época, Isto é e Carta Capital.* Disponível em: < <http://blogdotarso.com/2011/06/21/uma-comparacao-entre-as-revistas-veja-epoca-istoe-e-carta-capital/> >. Acesso em 05 de maio de 2014.